

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL
PEQUENO POLEGAR**

**PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

**PORTO SÃO JOSÉ
SÃO PEDRO DO PARANÁ
2020**

SUMÁRIO

4.4. APRESENTAÇÃO	3
4.5. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	4
4.8. Endereço:	4
4.9. Fone: 4	
4.10. E-mail:.....	4
4.11. NRE/Código:.....	4
4.12. Mantenedora:.....	4
4.13. Dependência Administrativa/Código:	4
4.14. Ato de autorização da Instituição:	4
4.15. Ato de Renovação do Reconhecimento da Escola:.....	4
4.16. Parecer do NRE de Aprovação do Regimento Escolar:	4
4.17. Distância da Escola ao NRE:	4
4.18. HISTÓRICO DA ESCOLA.....	5
4.19. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	5
5. OBJETIVOS E METAS.....	11
OBJETIVO GERAL.....	11
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
6. ELEMENTOS SITUACIONAIS.....	12
7. ELEMENTOS CONCEITUAIS.....	14
7.1- Concepção de Sociedade	14
8.1. DIMENSÃO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	35
Conselho de Classe	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
15.1. PROPOSTA PEDAGÓGICA:	47
15.2. Introdução.....	47

15.2.1 Matriz Curricular da Instituição de Ensino.....	48
MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	48
15.3. APRESENTAÇÃO DA MODALIDADE	52
15.3.1. EDUCAÇÃO INFANTIL	52
15.3.2. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	53
15.3.3. PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM	55
15.3.4. CONCEPÇÕES NORTEADOREAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	59
15.3.5. CONCEPÇÃO DE CRIANÇA	61
15.3.6. AS INTERAÇÕES E A BRINCADEIRA NA PROPOSTA CURRICULAR..	62
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	66
15.3.7. ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	73
15.4. OBJETIVOS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	75
15.5. METODOLOGIA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	76
15.6. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	78
PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR.....	82
CAMPOS DE EXPERIÊNCIA.....	82
Apresentação dos Campos de Experiências	82
Avaliação do Campo de Experiência	85
CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	86
Apresentação do Campo de Experiência.....	86
Metodologia do Campo de Experiência	87
Apresentação do Campo de Experiência.....	88
Metodologia do Campo de Experiência	89
Avaliação do Campo de Experiência	90
ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	92

Apresentação do Campo de Experiência.....	92
Metodologia do Campo de Experiência.	92
Avaliação do Campo de Experiência.	93
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES...	94
Apresentação do campo de experiência.....	94
Metodologia do Campo de Experiência	95
Avaliação do campo de experiência.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

4.4. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico – PPP, é o plano orientador das ações da instituição e define metas que se pretende alcançar para o desenvolvimento das crianças que nela são educadas e cuidadas, as aprendizagens que se quer ser promovidas (MEC 2009).

No Centro Municipal de Educação Infantil “Pequeno Polegar”, o Projeto Político Pedagógico se alicerça na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica Municipal, resolução nº. 01/89, onde contempla os princípios para uma escola democrática, pública e gratuita; igualdade de condições para acesso e permanência na escola; qualidade que é estendida independente de classes econômicas e sociais, gestão democrática que é um princípio consagrado.

Pela constituição vigente que abrange as dimensões: pedagógicas, administrativa e financeira; liberdade é outro princípio constitucional e está associada à ideia de autonomia; valorização do magistério é um princípio central na discussão do Projeto Político Pedagógico.

Podemos considerar que este Projeto Político Pedagógico reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais que se propõem a desenvolver uma ação educativa, a partir de uma unidade de propósitos, em que se compartilham valores e concepções. Apresentando como um rumo, uma direção em que fundamentam uma prática coerente, intencional e consistente, em que não se apresenta de forma fechada, mas dinâmica nos propósitos que almejamos alcançar.

4.5. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

4.6. Nome: Centro Municipal de Educação Infantil “Pequeno Polegar”

4.7. Distrito Porto São José – Município São Pedro do Paraná - Pr.

4.8. Endereço: Rua Dourado - s/n - **Cep:** 87957-000

4.9. Fone: (44) 3444 1256

4.10. E-mail: cmei_pequenopolegar@hotmail.com

4.11. NRE/Código: 20

4.12. Mantenedora: Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná

4.13. Dependência Administrativa/Código: 4125902

4.14. Ato de autorização da Instituição: Res. nº 2163/92 de 07/07/1992

4.15. Ato de Renovação do Reconhecimento da Escola: 5537/17-
CEF/SEED

4.16. Parecer do NRE de Aprovação do Regimento Escolar: nº 14/17 de
03/08/2017

4.17. Distância da Escola ao NRE: 47,8 km

4.18. HISTÓRICO DA ESCOLA

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida numa sociedade, em um determinado momento histórico. Daí a grande necessidade de uma escola de educação infantil que ofereça um ambiente afetivo e favoreça as descobertas deste período.

Criada em 30/07/90 (apesar de estar funcionando já há mais de 05 anos) pelo decreto n.º 36/90 da Prefeitura Municipal, a Unidade Pré-Escolar Padre José de Anchieta atendia somente a Pré-escola com crianças de 06 anos de idade em 07/07/1992. Através da Resolução 2163/92 fica autorizada o funcionamento da Pré-Escola Municipal Padre José de Anchieta, Creche, Maternal e Jardim de Infância. Em 1993, através da Resolução n.º 5.187/93 de 20/09/93 passou a denominar-se Pré-Escola Municipal Pequeno Polegar – Creche, Maternal e Jardim de Infância. Em 1997 com a Resolução n.º 1644/97 de 09/05/97 foi adequado à denominação Pré-Escola Municipal Pequeno Polegar – Berçário, Maternal e Pré I, II e III.

Finalmente em 1998 com a resolução n.º. 120/98 de 11/09/98 teve a nomenclatura efetivada à Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar.

4.19. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

O município de São Pedro do Paraná foi criado através da lei estadual nº 4788, de 29 de novembro de 1963, e instalado em 14 de dezembro de 1964, sendo desmembrado de Loanda e Porto Rico.

Situado no Extremo Noroeste do Estado do Paraná, seu nome, pela predominância da doutrina católica no âmbito religioso, presta uma homenagem a um dos principais santos desta igreja que, segundo consta em registros históricos, foi o primeiro dos apóstolos de Cristo e o primeiro papa da igreja católica.

Com uma população atual de 2.479 (dois mil quatrocentos e setenta e nove) habitantes, segundo o Censo Populacional de 2010, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O Distrito de Porto São José pertence ao município de São Pedro do Paraná e passou a ser utilizado na travessia, por meio da balsa, para o Mato Grosso do Sul, da qual faz divisa. É muito apreciado por turista e amantes da pesca pela beleza de suas ilhas e praias de água doce. Estes turistas na grande maioria são de Maringá, Paranavaí, Cianorte, Umuarama, e várias outras localidades. Tem como padroeiro São José, possui várias ilhas: Catarina, Cruzeiro, Mineira, Ilha Óleo cru, e etc.

O acolhimento da criança na escola requer compromisso político com a educação, manifestado em uma série de medidas concretas e que são assumidas pelo corpo de profissionais que aqui atuam. Através da valorização do conhecimento e da forma de expressão de cada aluno e do seu processo de socialização, se constrói uma das principais bases para o desenvolvimento da aprendizagem em nossa Instituição de Educação Infantil, somada ao relacionamento contínuo e flexível com a comunidade, o que favorece a compreensão dos fatores políticos, sociais culturais e psicológicos que se expressam no ambiente escolar e que são reflexos de toda a variação étnica, social, filosófica e econômica que formam comunidade de São Pedro do Paraná.

Nossa comunidade escolar é caracterizada, em sua maioria, por famílias advindas da classe média-baixa, cuja renda oscila de zero a dois salários mínimos, sendo que uma pequena parcela reside nas ilhas e na zona rural, necessitando assim de transporte escolar.

A participação dos pais nos últimos tempos vem sendo satisfatória, a maioria participa das reuniões destinadas a discussões sobre interesse geral ou quando se trata exclusivamente de questões pedagógicas, ou seja, sobre o rendimento escolar dos filhos, dentre outros assuntos. A escolaridade dos pais de nossos alunos varia do analfabetismo ao curso superior sendo que, em sua maioria, possui o Ensino Fundamental e Médio.

A constituição e a organização da estrutura familiar não são estáticas. No decorrer da história, as famílias já passaram por várias transformações. Na

atualidade independente da classe social a que pertencem se organizam das mais diversas maneiras. No distrito de Porto São José não é diferente, além da família nuclear (pai, mãe e filhos) existem hoje as famílias monoparentais; nas quais apenas a mãe ou o pai está presente ou até mesmo nenhum deles, e a criança é muitas vezes educada pelos avós. É possível ainda, encontrar várias famílias coabitando em uma mesma casa.

Atualmente, o CMEI Pequeno Polegar conta com um quadro de 08 professores distribuídos da seguinte maneira:

01 professora graduada em pedagogia com especialização em educação infantil e carga horária de 40 horas semanais atuando no berçário 1 em período integral;

01 professora graduada em pedagogia com especialização em educação infantil e com carga horária de 40 horas semanais atuando no berçário 2 em período integral;

01 professora com formação média em magistério cursando pedagogia e carga horária de 20 horas semanais atuando no maternal 1 em período matutino;

01 professora graduada em pedagogia com especialização em educação infantil e carga horária de 40 horas semanais atuando no maternal 2 em período matutino e no período vespertino atua no maternal 1;

01 professora graduada em pedagogia, com especialização em educação especial e carga horária de 20 horas semanais atuando no Infantil 4 em período matutino;

01 professora graduada em pedagogia e com especialização em educação infantil e carga horária de 20 horas semanais atuando no Infantil 5 em período vespertino;

01 professora graduada em Educação física que atua nas turmas do maternal 1 ao infantil 5, com carga de 1 hora em cada turma durante a semana.

01 professora graduada em pedagogia com especialização em ensino e aprendizagem de línguas com carga horária de 20 horas semanais atuando do berçário 1 ao Infantil 4, dedicando-se a disciplina de arte. A instituição conta com 02 estagiárias vinculadas pelo CIEE (**Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná**) uma cursando nível superior em Pedagogia e a outra cursando nível médio magistério.

O corpo técnico administrativo e de serviço de apoio, é composto por: 01 diretora, 02 zeladoras e duas merendeiras.

Em relação aos estagiários, como ponto positivo a escola tem a complementação do quadro de funcionários, porém o grande ponto negativo é o contrato de trabalho que tem duração de apenas dois anos.

O grupo de Professoras da escola trabalha em harmonia com a Equipe Administrativa e Pedagógica, são incentivadoras de práticas de ensino inovador, são abertas às novas perspectivas, desde que tragam benefícios às crianças. Participam dos Eventos da Escola com alegria e dão sugestão de melhorias com intuito de ver o bom nome da escola sendo divulgado com pontos positivos.

Com relação ao Corpo Docente, Técnico Administrativo, a escola conta com:

Relação do Corpo docente, técnico – administrativo e serviço de apoio com função e formação:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Willian José Cardoso de Andrade	Secretário de Educação	Secretariado Executivo
Maria Aparecida da Silva	Diretora	Pedagogia
Lidiana de Oliveira	Coordenadora Pedagógica	Pedagogia
Adriana Cordeiro Godoy Fernandes	Assistente Administrativo	História
Josiane Cristina de Souza	Secretária	Estudos Sociais
Kennyra Alexandra Bonfim Rodrigues Souza	Professora	Pedagogia
Tereza Costa da Silva	Professora	Pedagogia
Rosângela Bertoni Estriotto Almeida	Professora	Pedagogia
Jéssica Farinácio Alves	Professora	Magistério
Janilda Andrade Durães Talarico	Educadora Infantil	Pedagogia
Janaína Aparecida Ferreira Alvarenga	Professora	Educação Física
Rosilei Angela Machado	Educadora Infantil	Pedagogia
Rosiane Ferreira de Paula	Professora	Pedagogia
Adélia Moreira Pinto	Apoio	Fundamental Completo

Eva Nunes dos Santos	Apoio	Pedagogia
Rosana Aparecida Silva Machado	Apoio	Fundamental Completo
Ondina dos Santos Pinto	Apoio	Ensino Médio Completo

No ano letivo de 2020 foram matriculados 54 alunos no Centro, que atende crianças de 0 a 5 anos sendo que dessa totalidade;

01 turma de 13 crianças de 4 meses a 01ano e 11 meses, Berçário I e II

01 turma de 10 crianças com 02 anos, Maternal I

01 turma de 03 crianças com 03 anos, Maternal II

01 turma de 18 crianças com 04 anos, Infantil 4

01 turma de 10 crianças com 05 anos, Infantil 5

O desenvolvimento e aprendizagem do educando no contexto da educação infantil quanto ao espaço físico torna-se um elemento indispensável a ser observado. A organização deste espaço deve ser pensada tendo como princípio oferecer um lugar acolhedor e prazeroso para a criança, isto é, um lugar onde as crianças possam brincar criar e recriar suas brincadeiras, sentindo-se assim, estimuladas e independentes. Diferentes ambientes se constituem dentro de um espaço. De acordo com Horn (2004, p. 28):

O C.M.E.I. Pequeno Polegar tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e do meio em que convive. Todos estes objetivos visam melhorar a qualidade de ensino e permitem o exercício ativo da cidadania.

O ambiente interno (salas de aula) é agradável, a ventilação é boa, tamanho suficiente aos alunos matriculados e para melhor atender, no ano de 2018 passou por uma ampliação onde foram construídas duas salas de aula, uma cozinha e um pátio coberto, ampliação da sala de secretaria, adaptação de uma sala para professores bem como uma reforma geral em todos os espaços da instituição, também foram adquiridos dois ares- condicionados, 5 estantes de aço, duas mesas de professor, 3 cadeiras estofadas, 7 cadeiras

plásticas, duas mesas com bancos acoplados, duas cômodas, 1 mesa para alimentação infantil, 1 pia com duas cubas para cozinha, 1 liquidificador industrial, 1 liquidificador comum, um ferro de passar roupas, 1 tatame com 30 peças, um minisystem (rádio portátil), 1 aparelho de DVD, 1 impressora.

Com a ampliação, o prédio possui agora 15 salas sendo: 2 para sala de aula; 3 para creche (berçário/maternal); composta por um banheiro e lactário; 1 cozinha com despensa, 1 refeitório, 1 almoxarifado, 1 lavanderia, 1 sala de secretaria com almoxarifado, 1 sala de professores, 1 sala de brinquedos, 2 banheiros infantis e 1 banheiro para funcionários.

As instalações e equipamentos para o preparo das refeições atendem as exigências básicas de nutrição, saúde, higiene e segurança.

Há instalações sanitárias, suficientes, adequadas e próprias para uso exclusivo das crianças.

É necessária ainda uma adequação na área externa (parque), onde se possam criar espaços que sejam alternativas e permitam que as crianças desempenhem e extrapolem suas necessidades de movimentos de maneira completa.

É de extrema importância no processo ensino e aprendizagem, as ações escolares, incluindo aquelas relativas ao relacionamento escola família.

O C.M.E.I. Pequeno Polegar procura compreender o que acontece com as famílias, entender seus valores ligados aos procedimentos disciplinares, os hábitos de higiene, a formas como se relacionam com as pessoas, para auxiliar na construção conjunta de ações. De uma maneira geral, as escolas devem servir de apoio real e afetivo às crianças e suas famílias, respondendo a suas demandas e necessidades.

A escola trabalha em dois turnos, matutino e vespertino, com algumas crianças que permanecem período integral na escola. Os espaços escolares ao ar livre possibilitam as atividades de expressão física, artísticas e de lazer, contemplando também áreas verdes. As salas de atividades têm boa ventilação e iluminação, e visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados às crianças.

Inicia-se os trabalhos educacionais na Instituição escolar às 07h15min horas para entrada, porém o pedagógico inicia-se às 07h30min. até às

11h30min. no período matutino e 12h30min. para entrada, 13h. início do trabalho pedagógico e 17horas para saída no período vespertino. De acordo com o Parecer 02/2003 CNE/CEB de 19 de fevereiro de 2003 e a Deliberação 02/2018 CEE, acrescenta no item Da Organização Escolar 15 (quinze) minutos de Recreio Assistido/Interativo, sendo no período matutino das 10h às 10h15min. e no período vespertino das 15h às 15h15min.

5. OBJETIVOS E METAS

OBJETIVO GERAL

A Educação Infantil tem como objetivo proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.

- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo – se cada vez mais como integrante dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para conservação do mesmo;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita), ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação, frente a elas e valorizando a diversidade.
- Cumprir a legislação vigente que determina às instituições escolares, a elaboração do PPP;
- Superar o caráter fragmentado das práticas educativas;
- Organizar a ação pedagógica visando melhorar a qualidade de ensino;
- Zelar pelos princípios da Gestão Democrática com a finalidade de assegurar a participação de todos os atos desenvolvidos no processo de composição do Projeto Político Pedagógico;
- Elaborar ações que proporcionem maior integração escola/aluno/comunidade;
- Assegurar que a ação educativa traçada pelo P.P.P. se efetive;
- Garantir os preceitos constitucionais da educação como direito de todos os educandos;
- Integrar a comunidade e a escola, valorizando as diferenças culturais, as experiências de vida, levando o educando à autonomia e ao senso crítico na busca do conhecimento crítico;
- Assegurar ao educando o direito ao acesso e permanência na escola;
- Entender que as discussões pedagógicas devem fazer parte do cotidiano da escola para um constante refazer e repensar a prática escolar.

6. ELEMENTOS SITUACIONAIS

O Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar, está situado no distrito de Porto São José, pertence ao município de São Pedro do Paraná, e na região Noroeste do Paraná. A comunidade tem, em sua maioria, a atividade relativa à pesca devido estar localizada no Distrito do Porto São José, cidade ribeirinha do Rio Paraná. Em relação ao Rio Paraná há também a Associação dos Portos de Areia, ou seja, vários portos de areia que se uniram em associação e residências de lazer, que são os maiores empregadores do distrito.

Há várias famílias de baixa renda, algumas não têm trabalhos fixos, mas trabalham informalmente em casas de veraneio. Há também trabalhadores vinculados à Prefeitura Municipal. Os alunos são em grande maioria da zona urbana, mas há os da zona rural e os provenientes das ilhas.

A diversidade de costumes, valores, crenças ou cultura, tende possibilitar um desempenho melhor entre comunidade, escola, criança, facilitando o convívio com a diferença, possibilitando a ampliação de horizontes tanto para a escola como para a comunidade.

As famílias com suas crianças chegam com um vasto repertório que podemos considerar um rico material de apoio para o exercício do diálogo, sendo fundamental na aprendizagem do contexto cultural.

A instituição de educação deve servir de apoio real e afetivo às crianças e suas famílias, respondendo as suas demandas e necessidades. Deve ainda oferecer um ambiente confiável, caloroso, receptivo, estimulante, diversificado e muito organizado, no qual seu filho possa se apoiar e investir sua curiosidade e afetos.

Através de reuniões, palestras com a comunidade, em conjunto com a secretaria de saúde, Assistência Social, podemos promover uma integração entre Educação/ Saúde/ Comunidade.

Integrando as famílias nos projetos e demais atividades pedagógicas é possível desempenhar com êxito as atividades com as crianças, ampliando assim, os estímulos em relação à escola.

A oportunidade de encontros periódicos entre a escola e os pais faz parte do cotidiano da escola, pois diariamente as crianças são na sua maioria trazidas pelos pais, ocorrendo troca de informações.

Sabendo que o exemplo da família e dos professores serve de modelo para as crianças e é a partir deles que elas irão construir relações sólidas e permanentes na vida em sociedade.

A escola pode contribuir na formação das crianças fundamentada no diálogo e na relação democrática, formando assim, cidadãos autônomos e educados, pessoas responsáveis e críticas, com consciência social e normas de convivência.

7. ELEMENTOS CONCEITUAIS

7.1- Concepção de Sociedade

A sociedade brasileira vive um momento de rápidas e grandes transformações econômicas e tecnológicas, ao mesmo tempo em que os avanços na cultura e educação ocorrem de forma bastante lenta. O conjunto desses acontecimentos estão induzindo o desenho de uma nova realidade social, resultado de fenômenos econômicos, políticos, culturais. A sociedade brasileira busca demandar uma educação de qualidade, que garanta aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos, participativos capazes de atuar com competência e dignidade, solidariedade e responsabilidade na sociedade onde vivem.

Ao longo dos séculos houve uma evolução na mudança de atitudes em relação à família, transformação dos sentimentos de infância (consciência da particularidade infantil) e da família. Essas modificações são feitas à luz das mudanças ocorridas nas formas de organização da sociedade, na qual a criança é compreendida segundo uma perspectiva do contexto histórico em que está inserida. Sentimento de infância não é o mesmo que afeição pelas crianças, mas sim, a consciência da particularidade infantil, ou seja, o que distingue a criança do adulto.

A educação e a escola, por sua importância política, merecem um papel de destaque numa proposta de sociedade. Neste esforço de reorganização da vida social e política, antigos conceitos são redefinidos de acordo com essa

lógica. Portanto, **“o que está em jogo não é apenas uma reestruturação das esferas econômicas, sociais e políticas, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social”** (SILVA, 1990, p. 56).

A escola tem muito que refletir sobre sua organização curricular, a começar pela compreensão de que a sua ação passa a ser uma intervenção singular no processo de formação do homem na sociedade atual. Nesse paradigma, o professor já não pode ser considerado como único detentor de um saber que simplesmente lhe basta transmitir, mas deve ser um mediador do saber coletivo, com competência para situar-se como agente do processo de mudança.

Assim, concebemos que a educação, a escola e o objeto de conhecimento constituem os elementos essenciais para o processo de formação de homens e mulheres que contribuirão para a organização da sociedade

Quanto mais ele reflete sobre a realidade, sobre a sua própria situação concreta, mais se torna progressiva e gradualmente consciente, comprometido a intervir na realidade para mudá-la.

Para Vygotsky, a vivência em sociedade é essencial para a transformação do homem biológico em ser humano. É pela aprendizagem nas relações com os outros que construímos os conhecimentos que permitem nosso desenvolvimento mental. Segundo o psicólogo, a criança nasce dotada apenas de funções psicológicas elementares, como os reflexos e a atenção involuntária, presentes em todos os animais mais desenvolvidos. Com o aprendizado cultural, no entanto, parte destas funções básicas transforma-se em funções psicológicas superiores, como a consciência, o planejamento e a deliberação, características exclusivas do homem.

Acreditamos que a criança se constitui na interação do sujeito com o outro e, posteriormente, suas construções são internalizadas da interação com o meio e são recriadas em suas ações e expressões.

7.2- Concepção de Homem

O homem se constrói e chega a ser sujeito na medida em que, integrado em seu contexto, reflete sobre ele e com ele se compromete, tomando consciência de sua historicidade. O homem é desafiado constantemente pela realidade e a cada um desses desafios deve responder de uma maneira original.

Considerando-se aqui ambas as categorias, conjuntamente, pois se trata de abordagem interacionista, embora com ênfase no sujeito com elaborador e criador do conhecimento. Na obra de Freire, o homem é o sujeito da educação e, apesar de uma grande ênfase no sujeito, evidencia-se uma tendência interacionista, já que a interação, homem/mundo, sujeito/objeto é imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis.

Segundo esta abordagem não existe senão homens concretos, situados no tempo e no espaço, inseridos num contexto socioeconômico, cultural e político, enfim, num contexto histórico.

Considerando – se esta inserção, a educação, para ser válida, deve levar em conta necessariamente tanto a vocação de ser sujeito com as condições às quais ele vive (contexto).

O homem chegará a ser sujeito através da reflexão sobre seu ambiente concreto: quanto mais ele reflete sobre a realidade, sobre a sua própria situação concreta, mais se torna progressiva e gradualmente consciente, comprometido a intervir na realidade para mudá-la.

Sendo o homem sujeito de sua própria educação, toda ação educativa deverá promover o próprio indivíduo e não ser instrumento de ajuste deste à sociedade.

Será graças à consciência crítica, cujas características serão analisadas posteriormente, que ele assumirá cada vez esse papel de sujeito, escolhendo e decidindo, libertando – se, enfim.

7.3- Concepção de Educação

A educação brasileira é perpassada atualmente por um momento de ruptura e eliminação de fronteiras, valorização do privado e do lucro, com perfis

assumidamente individualistas, produtivistas e consumistas. Segundo Octavio Ianni (1998, p.28), O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. Esta realidade tem acarretado uma série de consequências no mundo, principalmente para os países subdesenvolvidos. A América Latina, onde as marcas da exclusão são mais claras, passou e continua passando por este processo de adequação aos ditames da economia global a um preço muito alto, conferindo a maioria da sua população condições extremamente precárias de vida.

É preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos, adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo e estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (Freire, 1974, p. 42).

O homem não participará ativamente da história, da sociedade, transformação da realidade, se não tiver condição de tomar consciência da realidade e, mais ainda, da sua própria capacidade de transformá-la.

É preciso que se faça, pois, desta tomada de consciência, o objetivo primeiro de toda a educação: provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica, comprometida com a ação.

O objetivo da educação, portanto, não consistirá na transmissão de verdades informações, demonstrações, modelos, etc. e sim que o aluno aprenda, por si próprio, a conquistar essas verdades.

A autonomia intelectual pode ser considerada igualmente como um processo de socialização, ou seja, um processo de democratização das relações. Socializar, nesse sentido implica criar – se condições de cooperação.

A educação, portanto, é condição formadora necessária ao desenvolvimento natural do ser humano. Este, por sua vez, não iria adquirir suas estruturas mentais mais essenciais sem a intervenção do exterior.

7.4 - Concepção de Conhecimento

A teoria construtivista sociointeracionista considera que o conhecimento é construído pelo indivíduo, num processo contínuo e dinâmico do saber, ao longo de sua história de vida, na interação com o meio, o qual vive e com as pessoas com as quais convive: na família, no bairro, na comunidade, na escola, na Igreja, nos clubes etc.

O sujeito é visto como um ser ativo que, agindo sobre os objetivos de conhecimento, no seu meio, interage socialmente e sofre as influências dos mesmos, ao mesmo tempo em que interioriza vários conhecimentos a partir de uma ação.

Dentro dessa perspectiva, o sujeito é visto como um indivíduo que traz conhecimentos decorrentes de suas cognitivas e de suas aprendizagens e experiências vividas, assim como também os recebe do meio ambiente. E é nessa interação Inter psíquica (dentro de si próprio) e Inter - ideias (com o meio e os outros) que os conhecimentos ou aprendizagens são construídos.

Sendo assim, o indivíduo vai formando o seu intelecto aos poucos, interagindo com o mundo, tornando-se cada vez mais autônomo, construindo e buscando o conhecimento dentro de seu ritmo, seu interesse, suas necessidades e possibilidades (Almeida, 2012).

7.5. Concepção de Escola

A escola é considerada por todos, como um espaço e lugar privilegiado de ensino-aprendizagem e assume um papel importante na evolução do processo de aprendizagem de cada cidadão que consegue passar por uma instituição educativa, cuja função é orientar e preparar socialmente.

A escola contemporânea tem passado por expressivas transformações de caráter social, político e econômico. Essas transformações originam-se nos pressupostos que vem sendo direcionados aos modos de vida. Os modos de vida estão sendo vivenciados pela escola.

Nesse sentido a função na escola é a de buscar alternativas para a construção de uma nova sociedade. É fundamental que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites proporcionando às crianças direitos, particularidades e interesses a

serem ampliados por meio das relações vivenciadas dentro e fora da educação infantil como possibilidade de humanização, oriunda de processos intencionais e conscientes de ensino e de aprendizagem.

Nesse contexto, a escola deve cumprir sua função social, trabalhar os valores mais gerais, envolvendo situações problemáticas atuais e urgentes, visando a formação autônoma do sujeito, do cidadão, no processo de escolarização.

Para isso a união da família com a escola é fundamental, pois a criança que formamos não é somente nosso aluno, mas é integrante de uma comunidade que tem seus valores, crenças e cultura que precisam ser compreendidas e também mediadas pela escola e, assim, ser agente das mudanças necessárias.

Para Vygotsky (1998), um dos principais defeitos da prática educativa é a separação dos aspectos intelectuais de um lado e, os afetivos de outro, pois o funcionamento psicológico tipicamente humano, segundo ele, é o intelectual e o afetivo. Daí decorre a importância dos laços familiares e que antecedem os laços escolares. A partir daí, a escola inicia seu planejamento escolar, objetivando a inserção dos alunos no mundo das relações sociais, das culturas e do trabalho. Logo a escola há de buscar uma nova organização de maneira dinâmica que estimule a prática cooperativa entre educadores, articulada com a presença permanente dos pais, dos alunos e da comunidade no fazer educativo.

7.6- Concepção de Currículo

O currículo da Educação Infantil é tido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos em meio às relações sociais que se travam nos espaços institucionais e possibilitam a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto com as crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico.

A criança, centro do planejamento curricular, é o sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere.

Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias.

As diferentes aprendizagens se dão por meio de sucessivas reorganizações do conhecimento, e este processo é protagonizado pelas crianças quando podem vivenciar experiências que lhes forneçam conteúdos apresentados de forma não simplificada e associadas a práticas sociais reais.

É de suma importância dar tratamento apropriado aos diferentes conteúdos, instrumentalizando o planejamento do professor para que possa contemplar as seguintes categorias: os conteúdos conceituais que dizem respeito ao conhecimento de conceitos, fatos e princípios; os conteúdos procedimentais referem-se ao “saber fazer” e os conteúdos atitudinais estão associados a valores, atitudes e normas.

No cumprimento dessa exigência, o planejamento curricular deve assegurar condições para a organização do tempo cotidiano das instituições de Educação Infantil de modo a equilibrar continuidade e inovação nas atividades, movimentação e concentração das crianças, momentos de desafio na participação das mesmas, e articular seus ritmos individuais, vivências pessoais e experiências coletivas com crianças e adultos.

O número de crianças por professor deve possibilitar atenção, responsabilidade e interação com as crianças e suas famílias. Levando em consideração as características do espaço físico e das crianças, no caso de agrupamentos com crianças da mesma faixa de idade, recomenda-se conforme a Deliberação 02/14 seguinte relação professor/criança:

- I - do nascimento a um ano de idade - até seis crianças por professor;
- II - de um a dois anos de idade - até oito crianças por professor;
- III - de dois a três anos de idade - até doze crianças por professor;

IV - de três a quatro anos de idade - até quinze crianças por professor;

V - de quatro e cinco anos de idade - até vinte crianças por professor.

Programas de formação continuada e demais profissionais também integram uma lista de requisitos básicos para uma Educação Infantil de qualidade. Esses programas devem dar a estes profissionais condições para refletir sobre sua prática docente cotidiana em termos pedagógicos, éticos e políticos, e tomar decisões sobre as melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, considerando o coletivo de crianças assim como suas singularidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) efetivou algumas conquistas para a Educação Infantil. Entre essas conquistas estão os seis direitos de aprendizagem e os cinco campos de experiência, que proporcionam mais segurança e desenvolvimento para a aprendizagem das crianças na infância.

É necessário destacar que a Base não é o currículo das escolas, porém contempla os princípios que também são defendidos pelas Diretrizes Nacionais e os seus eixos estruturantes.

Além dessas alterações na organização, a Base buscou garantir que a criança se torne o centro, como um protagonista do seu processo de ensino e aprendizagem e destaca a importância do diálogo entre as etapas da educação infantil com o ensino fundamental. Para que não haja um rompimento entre as etapas, mas sim uma continuidade. Pensando nesse aspecto é que se faz necessário uma sondagem com as crianças a cada semestre para acompanhar seu desenvolvimento e ao chegar o término da Ed. Infantil e forem avançar para o ensino fundamental, as informações sobre essas crianças sejam repassadas de forma clara para auxiliar no seu desenvolvimento da próxima etapa.

Como já exposto a Base não é o currículo, então, para isso foi criado em cada estado o seu documento curricular válido para cada território estadual. No estado do Paraná, o documento foi criado em regime de colaboração entre estado e municípios, com objetivo de garantir os direitos de aprendizagem a todos os estudantes. Esse documento foi nomeado como Referencial Curricular

do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, que é válido para todo o sistema Estadual de Educação Básica do Estado.

3.4.8 - Concepção de Infância

Propiciar e estimular brincadeiras na infância é o maior legado que podemos deixar para as futuras gerações. Criança que não brinca terá dificuldade para decodificar o mundo. As crianças da atualidade têm outro jeito de brincar, imaginar, sofrer, pensar e construir sua realidade infantil. As experiências e vivências infantis estruturam-se e se desenvolvem de maneira diferente de qualquer outra época.

Os transtornos e os sintomas das crianças se manifestam com frequência e intensidade nunca antes observados, chegando, por sua vez, a serem compatível aos casos adultos: distúrbios na alimentação, na aprendizagem, na atividade escolar, no desenvolvimento psicomotor, na linguagem, na estruturação subjetiva, além de sinais de depressão, agressividade, insônia, tédio, preocupações, tanto no âmbito clínico quanto no educativo.

Todavia, não podemos desconsiderar o fato de que nenhum adulto pode viver sem ter sido criança. A criança termina e, esse final tem retorno, sem dúvida, mas o elemento infantil que nela se estabelece perdura no tempo. Mais preocupados com o final do que com o início, os adultos tendem a esquecer do lado infantil, em lugar de tentarem recuperá-lo com afinco.

Na infância, pelo contrário, as crianças constroem, ao brincar, as recordações que com o transcorrer do tempo, ficarão indelévels nas profundezas da emoção. É uma memória ainda à espreita, em tênue vigília.

Na educação infantil, o brincar é frequentemente relegado às atividades, brinquedos, jogos que as crianças podem escolher depois de terminarem seu trabalho, poucas vezes, ele é considerado como parte do processo de ensinar, tempo de interação que assegura à criança um contexto de aprendizagem, ou seja, em casos citados como, a brincadeira é simplesmente um meio para atingir os objetivos planejados conforme o currículo em vigor.

Para além dessa visão reducionista do brincar, ou mesmo periférica, o brincar permite à criança vivenciar situações em que as habilidades podem ser

praticadas, tanto as físicas quanto as mentais, e repetidas tantas vezes quantas forem necessárias para a confiança e o domínio, além de criar oportunidade de explorar os próprios potenciais e limitações. Sendo assim, é possível compreender que através do brincar a criança encontra formas privilegiadas de se expressar, relacionar, descobrir, explorar, conhecer e significar o mundo, bem como de construir sua subjetividade, constituindo-se como sujeitos humanos em determinada cultura.

De acordo com Piaget (2003), o caráter educativo do brincar é visto como uma atividade formativa, que pressupõe o desenvolvimento integral do sujeito, quer seja, na sua capacidade física, intelectual e moral, como também na constituição da individualidade de cada um.

Também para Vygotsky (1991), o ato da brincadeira é extremamente importante para o desenvolvimento da criança. Dessa forma, as crianças se relacionam de várias maneiras com o significado e valores, pois nas brincadeiras elas ressignificam o que vivem e sentem. O autor, ainda afirma que é “no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não por incentivos fornecidos por objetos externos” (1991, p. 109).

Como vemos, tanto para Piaget como para Vigotsky, o brincar é de extrema importância tanto para o desenvolvimento quanto para as aprendizagens das crianças, podemos, então, entender que a desvalorização do movimento natural e o espontâneo da criança em favor do conhecimento estruturado e formalizado, ignora as dimensões educativas da brincadeira e do jogo, como rica e poderosa forma de estimular atividade construtiva da criança.

Apesar da constante validação da brincadeira e de um acordo difundido de que a Educação Infantil deveria ser baseada na brincadeira, por parte dos teóricos contemporâneos da primeira infância, o seu lugar no currículo ainda não está assegurado.

Com base nas evidências de estudos e pesquisas, para Ferronato e Batista (2013) uma nova equação faz-se necessária: BRINCAR=APRENDER. Brincar é a forma infantil de aprender, é a válvula de escape para a necessidade de atividade. Nele, a criança envolve-se com a mesma atitude e energia com a qual nos engajamos no trabalho. Brincar é uma incumbência que não deve ser

confundida com diversão ou uso ocioso do tempo. Não é, portanto, algo leviano, pois é uma atividade intencional.

Assim, se o brincar é reconhecido como uma das importantes linguagens que permitem às crianças compartilhar os significados da cultura e construir sua identidade social e pessoal torna-se fundamental numa instituição educativa, que o brincar se constitua em uma das formas de mediação das relações estabelecidas com as crianças e delas com os outros sujeitos e com os objetos.

Articulação entre o Cuidar e o Educar e Brincar

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB Nº 1, de 07/04/1999), o educar e o cuidar devem caminhar juntos, considerando de forma democrática as diferenças individuais e, ao mesmo tempo, a natureza complexa da criança. Nesse sentido, o RCNEI (2001) orienta que o ato de educar significa propiciar situações de cuidados e brincadeiras organizadas em função das características infantis, de forma a favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem.

As situações de educar remetem às situações de cuidado, auxiliando o desenvolvimento das capacidades cognitivas infantis, bem como das potencialidades afetivas, emocionais, sociais, corporais, estéticas e éticas;

- Deve ocorrer com:
- Afetividade;
- Com respeito às singularidades infantis;
- Com respeito aos sentimentos;
- Com compreensão das múltiplas e particulares linguagens das crianças;
- Com objetivo de requerimento do desenvolvimento integral das crianças;
- Com interesse dos educadores, tanto nas questões incluídas à aprendizagem, como nos cuidados necessários para o desenvolvimento infantil;
- O ato de educar inclui automaticamente a função de cuidado;
- O cuidar e o educar enfocam a criança pequena, e um conclui o outro, envolvendo a afetividade, a exploração de ambientes de diferentes maneiras e a construção de significados pessoais e coletivos;

- Educar e cuidar na Instituição de educação infantil significa respeitar e garantir os direitos de todas as crianças ao bem-estar, à expressão, ao movimento, à segurança, à brincadeira, ao contato com a natureza;
- Significa respeitar as peculiaridades de cada criança e oportunizar situações de aprendizagem significativas e prazerosas.
- O educar e o cuidar na Educação Infantil ocorrem simultaneamente à organização de atividades que garantam os direitos das crianças;
- O cuidar e o educar são praticados nas rotinas diárias, desde o momento da entrada na sala com um bom dia alegre; depois na hora do café da manhã, cuidando da forma que se alimentam e ensinando o que pode e o que não pode; no momento em que se troca a fralda; auxilia na atividade, ajuda no almoço, instrui a fazer a higienização na hora do banho ensinando as partes do corpo, na hora do sono, enfim, todas as atividades realizadas nas instituições de educação infantil estão ensinando/cuidando as crianças;
- Alimentar, dar segurança, brincar, gerar interação, mediar o convívio coletivo, estabelecer vínculos afetivos, a estimulação, o faz de conta, o desenho, todas as atividades ligadas à proteção e apoio necessários ao cotidiano de qualquer criança: limpar, trocar, proteger, enfim cuidar, todas fazem parte do que se entende por educar.
- Resumidamente pode-se dizer que o cuidar é uma união do educar, ou seja, o educar envolve o cuidar, de forma que os cuidados físicos, emocionais, sociais e cognitivos se façam presentes no educar; por isso o cuidar na Educação Infantil está ligado com o educar a todo o momento das práticas realizadas nas instituições de educação infantil.

Compreender a indissociabilidade entre educar, cuidar e brincar implica em promover uma ação pedagógica respaldada em uma visão integrada acerca do desenvolvimento infantil, respeitando as peculiaridades de cada criança e oportunizando situações de aprendizagem significativas e prazerosas. Assim, é preciso refletir como educar, cuidar e brincar, na Educação Infantil, podem auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento da criança em relação a si e ao mundo.

Acerca da necessidade de haver uma ação pedagógica integrada, Kramer (2003) enfatiza a intrínseca relação entre educar e cuidar, sob o

argumento de que a Educação Infantil não pode ser compreendida como uma instância de aprendizagem que só instrui tampouco como um lugar apenas de guarda e proteção. A mesma autora recomenda que o cuidado com o outro deve se fazer presente no ato de educar, independentemente do nível de ensino em que se está atuando. Forest & Weiss (2003) explicam que as instituições de Educação Infantil devem incorporar, de modo integrado, as funções de educar e cuidar com qualidade advinda de estudo, dedicação, cooperação e cumplicidade de todos os envolvidos, buscando-se entender e valorizar o que cada criança sente e pensa; o que sabe sobre si e sobre o mundo. Essa qualidade dar-se-á em função das concepções, interações e ações sociais e pedagógicas, que ocorrem em todos os ambientes da escola. As situações de educar remetem às situações de cuidado, auxiliando o desenvolvimento das capacidades cognitivas infantis, bem como das potencialidades afetivas, emocionais, sociais, corporais, estéticas e éticas.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (RCNEI, 2001, p.24).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil veio contribuir de forma expressiva diante dessa articulação, em seu contexto apresenta o educar da seguinte forma: Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. Além da dimensão afetiva e relacional do cuidado, é

preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Assim, cuidar da criança é, sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma.

O brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constrói; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar. Estas categorias de experiências podem ser agrupadas em três modalidades básicas, quais sejam, brincar de faz-de-conta ou com papéis, considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras; brincar com materiais de construção e brincar com regras.

7.7 - Concepção de Ensino Aprendizagem

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. Paulo Freire

Aprendizado ou aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire, informações, habilidades, atitudes e valores a partir do contato com a realidade, com o meio ambiente e com as pessoas. Para Vygotsky, a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo _

isto é, a relação entre aquele que aprende e aquele que ensina. Em outras palavras, o aprendizado ocorre na interação social.

Vygotsky aponta para o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal como básico para entender as relações entre desenvolvimento e aprendizado, colocando que é no âmbito dessa zona proximal que pode ocorrer a aprendizagem, referindo-se, principalmente, à construção de um conhecimento que se dá quando um adulto desafia o aprendiz com questionamentos ou pequenos problemas levando o mesmo a um desempenho além do que sua estrutura de pensamento, naquele momento, permitiria.

Nesse sentido, afirma que o conhecimento é construído pelo sujeito (aprendiz) em interação com o meio social em que vive, desenvolvendo, ao mesmo tempo, sua inteligência. É através da própria história de vida, do seu cotidiano, resolvendo questões, descobrindo, tentando, fazendo inferências, pensando e representando que o sujeito epistemológico (o sujeito que aprende) chega ao conhecimento, aprendendo-o.

Nessa visão Vygotskyana, cabe ao educador o papel de interventor, desafiador, mediador e provocador de situações que levem os alunos a aprenderem a aprender. O trabalho didático deve, portanto, propiciar a construção do conhecimento pelo aluno.

7.8 – Concepção de Avaliação

A Educação Infantil deve estar orientada pela avaliação entendida como um processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, com o objetivo de acompanhar a forma como a criança se desenvolve e elabora seu conhecimento sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

A avaliação, conforme estabelecido na Lei n 9.394/96 deve ter a finalidade de acompanhar e repensar o trabalho realizado e é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo e que possibilita, ao educador, definir critérios para planejar

as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças.

De acordo com a Professora de Professores. Mestra em Educação, Gestão Social e Desenvolvimento Local Fernanda Clímaco, As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE-CEB nº05-2009, no artigo 10º identificam a avaliação definindo que as instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, *sem objetivo de promoção ou classificação*.

Já de acordo com a BNCC, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. Dessa maneira, substituem-se referências herdadas do ensino fundamental e passa-se a pensar em práticas adequadas e próprias para a infância.

7.9 - Concepção de Gestão Democrática

De acordo com Dourado (1998, p.79), a gestão democrática é um processo de aprendizado e de luta que vislumbra nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de meios de efetiva participação de toda a comunidade escolar na gestão da escola.

Destacamos que uma gestão verdadeiramente democrática tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar no cotidiano da escola e, especialmente, nos momentos de tomadas de decisões.

Entendemos que o processo democrático requer a participação ativa de seus sujeitos, participação essa que deve ser conquistada pouco a pouco, mas de maneira sólida.

Nós do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar, privamos pela postura democrática, garantindo a participação de toda a comunidade escolar nas decisões a serem tomadas, pois desta maneira todos

se sentem valorizados diante de suas capacidades, criando um consenso, visando a melhoria das relações e práticas desenvolvidas pela escola.

A participação dos pais junto aos professores e demais profissionais da educação nos conselhos escolares, no acompanhamento de projetos didáticos nas atividades promovidas pela instituição, possibilita agregar experiências e saberes e articular os dois contextos de desenvolvimento da criança.

Conselho Escolar, Conselho de Classe e APMF

O Plano Nacional de Educação reafirma especialmente no capítulo da Educação Infantil, que um dos princípios da gestão democrática, a implantação de Conselhos Escolares, APMF, APM e outras formas de participação da comunidade escolar local na melhoria do funcionamento das instituições de educação infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos, sendo assim o CMEI Pequeno Polegar instituiu o Conselho Escolar e APMF recentemente e assim legalizou a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões.

O conselho escolar constitui o espaço onde se discutem as questões educativas e seus desdobramentos na prática político-pedagógica da escola.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo de Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva avaliativa e fiscalizadora. A função deliberativa refere-se a tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas desenvolvidas no âmbito escolar. A função consultiva refere-se a emissão de pareceres para diminuir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência. A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para a melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola, bem como, a qualidade social da instituição escolar. A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

A APMF é uma organização que promove a participação da comunidade escolar na gestão da escola pública, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, portanto seus dirigentes e conselheiros não são remunerados.

São funções da APMF discutir, no seu âmbito de ação, sobre ações de assistência ao estudante, de aprimoramento do ensino e integração da família – escola – comunidade, enviando sugestões, em consonância com a Proposta Pedagógica, para a apreciação do Conselho Escolar e equipe-pedagógica-administrativa; prestar assistência aos estudantes, professores e funcionários, assegurando-lhes, melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a Proposta Pedagógica da Instituição de Ensino; buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade; proporcionar condições ao educando para participar de todo o processo escolar; representar os reais interesses da comunidade escolar, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade de ensino, visando uma escola pública, gratuita e universal; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades socioeducativas e culturais e desportivas, ouvido o Conselho Escolar; gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registro em livro ata; colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, conscientizando sempre sua comunidade sobre importância desta ação.

O Conselho de Classe é o momento de autoavaliação do professor, de avaliar o estudante e a prática pedagógica desenvolvida. Sendo assim, é preciso criar momentos de reflexão coletiva para avaliar o desenvolvimento do trabalho do professor, os resultados alcançados, as estratégias utilizadas, discutir e planejar novas ações. No CMEI Pequeno Polegar, o Conselho de Classe faz parte do planejamento da instituição, é estabelecido em calendário escolar e ocorre a cada bimestre.

8. ELEMENTOS OPERACIONAIS

Ao elaborar a Proposta Pedagógica, a escola discute e expõe, de forma clara, valores coletivos, delimita suas prioridades, define os resultados desejados e incorpora a auto avaliação ao seu trabalho, em função do conhecimento da comunidade em que atua e de sua responsabilidade com ela.

A escola é um espaço constituído por diversas dimensões, todas entrelaçadas. Pode – se destacar algumas principais, como as dimensões pedagógicas, política, social, cultural, administrativa e humana.

Tudo o que acontece na escola tem caráter educativo – Educativo porque qualquer acontecimento vai exercer influência nas relações de trabalho e na qualidade do mesmo. Eis algumas razões a serem apontadas:

- A importância de se compreender a escola enquanto espaço constituído por diversas instâncias, todas interrelacionadas;
- A necessidade de distinguir a dimensão central da escola daqueles que constituem os meios necessários à sua realização;
- A importância de saber responder com equilíbrio por todas as dimensões, sem perder de vista o eixo central da escola e para a qual todas as outras devem convergir, assim consideramos essas dimensões:

O currículo que norteia ação pedagógica e é o elo entre teoria educacional e a prática, realizando experiências que sejam significativas e contextualizadas. É função do educador considerar como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que os alunos possuem advindas das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas.

O procedimento metodológico é construído a partir da realidade do aluno, tendo como eixos didáticos propostos com critérios da disciplina, sugestões de uma metodologia interdisciplinar, resultando mudanças no trabalho pedagógico da escola, na postura do aluno, que passa a contribuir com suas experiências pessoais e sua participação efetiva.

A coordenação Pedagógica tem por finalidade, junto à equipe escolar, orientar, acompanhar e avaliar a execução da Proposta Pedagógica, participando do Planejamento Anual de atividades relacionadas à instituição.

O coordenador pedagógico deve ser o parceiro mais experiente do professor. É ele quem responde por esse trabalho junto ao diretor, formando assim uma

relação de parceria – e cumplicidade – para transformar a escola num espaço de aprendizagem.

Para que o trabalho pedagógico faça parte do cotidiano da Educação Infantil, é preciso que o educador realize um trabalho planejado e que englobe em suas metas educacionais uma preocupação constante tanto com as características próprias do desenvolvimento linguístico, cognitivo, psicomotor e socioeducativo da criança. A educação infantil é um tempo diferente do tempo do ensino fundamental. Portanto, precisa - se projetar espaços físicos que atendam ao ritmo de ser criança e à necessidade que elas participem da organização do espaço e tempo, estabelecendo com os profissionais que atuam com ela, momentos de interação e decisório na produção destes espaços e tempos. A criança precisa encontrar no espaço educativo algo que não seja uma pré-escolarização, mas sim um ambiente que prime pela cultura infantil, seus valores e ansiedades.

O professor, consciente de que o vínculo é, para a criança, fonte contínua de significações, reconhece e valoriza a relação interpessoal e através do diálogo com as famílias e a comunidade ele irá buscar informações necessários para o trabalho que desenvolve, buscando participar da elaboração do Calendário Escolar; participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino,

O diretor é o gestor escolar por excelência, aquele que lidera, gerencia e articula o trabalho de professores e funcionários em função de uma meta: a aprendizagem de todos os alunos. É ele quem responde legal e judicialmente pela escola e pedagogicamente por seus resultados e, assim promover um sistema de atendimento geral e individual, visando bons resultados nos estudos, adequando a integração da criança ao centro, no lar, na sociedade.

Para isso, é preciso ter um bom entrosamento e cooperativismo entre Direção, Professores, Pais, Alunos, Equipe Pedagógica, Secretaria e todos os seguimentos que compõem o grupo de atuação do nosso centro, para que resulte em um clima propício para a concretização dos ideais comuns na obra educativa.

A Secretaria é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência da Unidade Escolar.

O cargo de Assistente de Educação é exercido por um profissional devidamente indicado de acordo com a legislação vigente.

Cabe ao Assistente de Educação (Lei Nº 1.139, de 28 de Outubro de 1.992) executar serviços de organização de arquivo, preservação de documentos, coletânea de leis e escrituração de documentos escolares, registrar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores, organizar e preparar a documentação necessária para o encaminhamento de processos diversos.

Os funcionários de Serviços Gerais têm a seu encargo o serviço de manutenção, preservação e merenda escolar da instituição de Ensino, sendo coordenados e supervisionados pela Direção, ficando a ela subordinados.

É de competência do servente zelar pelo pátio, efetuar a limpeza e manter em ordem as instalações escolares bem como os bens patrimoniais existentes.

É de responsabilidade da merendeira preparar e servir a merenda escolar, controlando a quantidade e qualidade e, informar ao diretor da Instituição de Ensino da necessidade de reposição do estoque e conservação do local de preparação da merenda em boas condições de trabalho, procedendo a limpeza e a arrumação.

O funcionário além de cumprir com sua função específica deve trabalhar em conjunto com as demais categorias por uma prática voltada à solidariedade e respeito às diferenças, saber conviver com a diversidade de culturas, para a construção coletiva no âmbito escolar.

O trabalho com as famílias requer que as equipes de educadores as compreendam como parceiras, pois é importante acolher as diferentes formas de organização familiar e respeitar as opiniões e aspirações dos pais sobre seus filhos.

Os profissionais das Instituições de Educação Infantil, entendido como organismo vivo e dinâmico é o responsável pela construção do projeto educacional e do clima institucional. A tematização da prática, o compartilhar de conhecimentos são ações que conduzidas com intencionalidade, formam o coletivo criando condições para o trabalho desenvolvido seja debatido, compreendido e assumido por todos.

Compartilhar é um processo que contribui para que a instituição se contribua como unidade educacional no qual são expressas as teorias e os saberes que sustentam a prática pedagógica. Esse processo tece a unidade do projeto educativo que embora traduzida pelos diferentes indivíduos do coletivo, parte de princípios comuns. A unidade é, portanto, construída dinamicamente.

8.1. DIMENSÃO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

A gestão pedagógica se dará de forma democrática e participativa procurando sensibilizar o trabalho em equipe, mantendo um ambiente de aprendizagem agradável entre as crianças, incentivar os docentes a estarem aperfeiçoando seus conhecimentos pedagógicos, buscando projetos para enriquecer o conhecimento cultural, manter a comunidade sempre atualizada pois a presença da família na vida das crianças nesta fase de aprendizado que é a educação infantil e de extrema importância, saliento ainda que manter uma boa comunicação com todos envolvidos no processo de educação é essencial.

Cronograma Plano de Ação

Objetivos Específicos	Parcerias envolvidas na ação	Ações/ Estratégias	Avaliações e Ações	Responsáveis	Cronograma
* Apresentar e discutir sobre o papel e perfil do educador; * Estimular a equipe pedagógica para o sucesso do trabalho;	Reunir 100% da Equipe pedagógica para orientar o trabalho na escola.	Semana Pedagógica, Dinâmicas. Análise de atividades desenvolvidas para o acolhimento; rotina de	Conversa informal sobre todos os assuntos abordados. Auto avaliação.	Formador Direção; Coordenação Pedagógica; Professores.	Fev/julh
* Orientar a rotina e os trabalhos pedagógicos; * Hora atividade	100% Professores	Orientação e acompanhamento do registro de Classe LRCO; Planos de aula; Orientação aos professores individual ou em conjunto;	Participação e interação de todos	Direção; Coordenação pedagógica	Semanal
* Desenvolver dinâmicas que estimule a participação dos pais nas reuniões; * Preparar pautas com assuntos específicos; Expor os trabalhos realizados com as crianças;	Reunir 100% das famílias e/ou responsáveis para participarem da reunião de pais e mestres.	Reunião de pais e mestre: Breve apresentação da escola, rotina, horário de funcionamento (entrada, saída), alimentação; higiene e cuidados, proposta pedagógica, desenvolvimento de cada criança, programação de eventos;	Conversa informal sobre todos os assuntos abordados. Pesquisa de opinião	Direção e coordenação pedagógica; Professores	Bimestral

<p>* Organizar temas de forma coerente e com a participação da equipe pedagógica;</p> <p>* Debater e discutir temas atuais e flexivos que contribuem com a formação dos profissionais envolvidos.</p>	<p>Coordenar com professores e para abordar temas relativos à criança.</p>	<p>Levantamento de temáticas para o estudo.</p>	<p>Conversa informal sobre todos os assuntos envolvidos.</p>	<p>Direção; Coordenação pedagógica;</p>	<p>Mensal</p>
<p>* Estimular a participação de todos no momento de formação.</p> <p>* Valorizar os temas abordados:</p> <p>*Organizar junto com a SE, os dias de formação;</p> <p>* Adquirir novos conhecimentos para a prática pedagógica.</p>	<p>Levar 100% da equipe para que a formação que acontece dentro e fora da escola.</p>	<p>Formação continuada: Dias de Formação prevista no calendário organizada juntamente com a SE.</p>	<p>Participação e interação de todos; Assinatura de frequências.</p>	<p>Formador; Direção; Coordenação pedagógica.</p>	<p>Fev/julh</p>
<p>* Organizar e coordenar os projetos;</p> <p>Implantar novidades cognitivas, motoras e psicomotoras.</p> <p>* atividades contextualizadas;</p> <p>Aprendizagem através de jogos e atividades lúdicas;</p> <p>*Desenvolver atividades dos Eixos de forma concreta e participativa.</p>	<p>Apresentar 100% para as crianças.</p>	<p>Projetos pedagógicos: conhecer o desenvolvimento de cada um; Conhecimento prévio do que elas já sabem; Em coordenação fazer a sondagem geral dos projetos que serão desenvolvidos durante o ano.</p>	<p>Participação e interação de todos.</p>	<p>Direção e coordenação pedagógica</p>	<p>Anual</p>
<p>*Trabalhar os espaços que tem na escola;</p> <p>*Conhecer, respeitar e valorizar a cultura do próprio grupo e de outros grupos;</p> <p>*Explorar diferentes estilos de dança da cultura popular;</p>	<p>Apresentar as temáticas</p>	<p>Trabalhar por meio de histórias, brincadeiras, dinâmicas, músicas</p>	<p>Exposição do trabalho junto com as crianças</p>	<p>Professores</p>	<p>Junho</p>
<p>Desenvolver e participar de festividades e eventos.</p>	<p>Atingir 100% da participação das crianças, família e equipe pedagógica.</p>	<p>Culminância dos projetos.</p>	<p>Participação e Interação de todos.</p>	<p>Toda a comunidade escolar.</p>	<p>Ao longo do ano Letivo</p>
<p>Organizar e coordenar passeios</p>	<p>Levar 100% dos alunos.</p>	<p>Agendar os passeios de acordo com as atividades pedagógicas.</p>	<p>Participação e Interação de todos.</p>	<p>Direção coordenação pedagógica, professores, auxiliares</p>	<p>Semestral</p>
<p>Trabalhar a educação para Diversidade, Sustentabilidade, Cidadania.</p>	<p>Atender as crianças e a comunidade escolar para que possam colaborar e</p>	<p>Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais;</p>	<p>Participação e Interação de todos.</p>	<p>Direção, coordenação Pedagógica; Professores,</p>	<p>Datas definidas conform</p>

	participar ativamente nesta troca de experiências.	Conscientização do uso da água; Dia Nacional da Educação Ambiental; Dia da consciência Negra (leis 10.639/2003)		alunos e comunidade.	e calendár io escolar.
--	---	--	--	-------------------------	---------------------------------

Organização do trabalho com a comunidade escolar

O procedimento metodológico é construído a partir da realidade do aluno, tendo como eixos didáticos propostos com critérios da disciplina, sugestões de uma metodologia interdisciplinar, resultando mudanças no trabalho pedagógico da escola, na postura do aluno, que passa a contribuir com suas experiências pessoais e sua participação efetiva.

A coordenação Pedagógica tem por finalidade, junto à equipe escolar, orientar, acompanhar e avaliar a execução da Proposta Pedagógica, participando do Planejamento Anual de atividades relacionadas à instituição.

O coordenador pedagógico deve ser o parceiro mais experiente do professor. É ele quem responde por esse trabalho junto ao diretor, formando assim uma relação de parceria – e cumplicidade – para transformar a escola num espaço de aprendizagem.

Para que o trabalho pedagógico faça parte do cotidiano da Educação Infantil, é preciso que o educador realize um trabalho planejado e que englobe em suas metas educacionais uma preocupação constante tanto com as características próprias do desenvolvimento linguístico, cognitivo, psicomotor e socioeducativo da criança. A educação infantil é um tempo diferente do tempo do ensino fundamental. Portanto, precisa - se projetar espaços físicos que atendam ao ritmo de ser criança e à necessidade que elas participem da organização do espaço e tempo, estabelecendo com os profissionais que atuam com ela, momentos de interação e decisório na produção destes espaços e tempos. A criança precisa encontrar no espaço educativo algo que não seja uma pré-escolarização, mas sim um ambiente que prime pela cultura infantil, seus valores e ansiedades.

O professor, consciente de que o vínculo é, para a criança, fonte contínua de significações, reconhece e valoriza a relação interpessoal e através do diálogo com as famílias e a comunidade ele irá buscar informações necessárias para o trabalho que desenvolve, buscando participar da elaboração do Calendário Escolar; participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino,

O diretor é o gestor escolar por excelência, aquele que lidera, gerencia e articula o trabalho de professores e funcionários em função de uma meta: a aprendizagem de todos os alunos. É ele quem responde legal e judicialmente pela escola e pedagogicamente por seus resultados e, assim promove um sistema de atendimento geral e individual, visando bons resultados nos estudos, adequando a integração da criança ao centro, no lar, na sociedade.

Para isso, é preciso ter um bom entrosamento e cooperativismo entre Direção, Professores, Pais, Alunos, Equipe Pedagógica, Secretaria e todos os seguimentos que compõem o grupo de atuação do nosso centro, para que resulte em um clima propício para a concretização dos ideais comuns na obra educativa.

A Secretaria é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência da Unidade Escolar.

O cargo de Assistente de Educação é exercido por um profissional devidamente indicado de acordo com a legislação vigente.

Cabe ao Assistente de Educação (Lei Nº 1.139, de 28 de outubro de 1.992) executar serviços de organização de arquivo, preservação de documentos, coletânea de leis e escrituração de documentos escolares, registrar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores, organizar e preparar a documentação necessária para o encaminhamento de processos diversos.

Os funcionários de Serviços Gerais têm a seu encargo o serviço de manutenção, preservação e merenda escolar da instituição de Ensino, sendo coordenados e supervisionados pela Direção, ficando a ela subordinados.

É de competência do servente zelar pelo pátio, efetuar a limpeza e manter em ordem as instalações escolares bem como os bens patrimoniais existentes.

É de responsabilidade da merendeira preparar e servir a merenda escolar, controlando a quantidade e qualidade e, informar ao diretor da Instituição de Ensino da necessidade de reposição do estoque e conservação do local de preparação da merenda em boas condições de trabalho, procedendo a limpeza e a arrumação.

O funcionário além de cumprir com sua função específica deve trabalhar em conjunto com as demais categorias por uma prática voltada à solidariedade e respeito às diferenças, saber conviver com a diversidade de culturas, para a construção coletiva no âmbito escolar.

Fortalecimentos da Participação Social

O trabalho com as famílias requer que as equipes de educadores as compreendam como parceiras, pois é importante acolher as diferentes formas de organização familiar e respeitar as opiniões e aspirações dos pais sobre seus filhos.

Os profissionais das Instituições de Educação Infantil, entendido como organismo vivo e dinâmico é o responsável pela construção do projeto educacional e do clima institucional. A tematização da prática, o compartilhar de conhecimentos são ações que conduzidas com intencionalidade, formam o coletivo criando condições para o trabalho desenvolvido seja debatido, compreendido e assumido por todos.

Compartilhar é um processo que contribui para que a instituição se contribua como unidade educacional no qual são expressas as teorias e os saberes que sustentam a prática pedagógica. Esse processo tece a unidade do projeto educativo que embora traduzida pelos diferentes indivíduos do coletivo, parte de princípios comuns. A unidade é, portanto, construída dinamicamente.

Instâncias Colegiadas

As Instâncias Colegiadas - APMF, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e Conselho de Classe - são organizações compostas por representantes de todos os segmentos da comunidade com o objetivo de

auxiliar o diretor na função de Gestor Escolar, nas decisões e encaminhamentos para solucionar os problemas do cotidiano da escola, mas tendo como objetivo principal a busca pela melhoria da qualidade no processo ensino e aprendizagem.

APMF – Associação De Pais, Mestres E Funcionários

É uma associação de representação dos pais, professores e funcionários da escola, sem caráter político, partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos. Tendo como objetivos principais: assistência ao educando, aprimoramento do ensino, integração família-escola comunidade, melhoria do ensino e da adequação dos planos curriculares além de contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar. Para atingir o objetivo acima exposto a APMF juntamente com o Conselho Escolar deverá mobilizar a sociedade para uma visão coletiva. Porém percebemos que os representantes da APMF em nosso Colégio participam muito pouco, falta iniciativa na atuação e definição propostas, geralmente aceitam o que já está colocado sem questionar. Na maioria das vezes agem assim pela própria cultura na qual estão inseridos. Esperamos poder contribuir para ajudá-los a participar mais mantendo-os informados das atividades da escola para que assim possam opinar e dar sua contribuição através de ações mais concretas. A ação de mobilização inicia com propósito comum, levando a um consenso coletivo, que nada mais é que a escolha e construção de um interesse compartilhado, sem deixar de ser cada um de nós. Uma escola solidária, livre e participativa só terá uma educação de excelência, pelo enriquecimento ou reforço curricular promovida pela mobilização social, desempenhando um importante papel no desenvolvimento da plena cidadania. “Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar. É também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, e se amarrar nela.” (Paulo Freire).

Conselho Escolar

O Conselho Escolar terá natureza deliberativa, cabendo-lhe estabelecer para o âmbito da escola, diretrizes e critérios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com orientações e diretrizes, participando e se responsabilizando social e coletivamente pela implementação e deliberações. As atribuições do Conselho Escolar definem-se em função das condições reais da escola, da organização do próprio Conselho Escolar e das competências dos profissionais em exercício na unidade escolar. O Conselho Escolar é uma nova forma de organizar a gestão da escola através da divisão de responsabilidades. Através dele é possível ampliar as possibilidades de soluções dos problemas e reforçar compromissos, criando a possibilidade de mudança porque permite a união entre as pessoas. Com o auxílio do Conselho Escolar a escola também pode tornar-se mais justa, pois nela estão representados os interesses dos diversos segmentos da comunidade. Em nossa escola os membros do Conselho Escolar geralmente aparecem na escola quando são convocados e participam muito pouco das atividades escolares, principalmente no que diz respeito ao pedagógico. Portanto constitui-se em desafio para a escola trazer o conselho escolar com mais frequência para o seu espaço, envolvendo-o mais diretamente nas atividades desenvolvidas, informando e conscientizando da importância de sua participação.

Conselho de Classe

O Conselho de Classe tem a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

Através das informações referentes aos alunos serão discutidas de Classe, algumas alternativas possíveis de serem aplicadas aos alunos com defasagem na aprendizagem ou ainda com problemas que impeçam o bom rendimento dos mesmos. O Conselho de classe tem como atribuições analisar as informações sobre conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e práticas avaliativas, bem como propor formas diferenciadas de ensino, estabelecendo mecanismos de recuperação concomitantes ao processo de

aprendizagem. Vemos, portanto, o Conselho de Classe como um momento de reflexão de toda a prática educativa, onde professores, alunos e demais envolvidos no processo educativo, discutem suas dificuldades e levantam alternativas. Como afirma HOFFMANN: "... não basta discutir a manutenção ou não dos Conselhos de Classe, mas o seu significado. Não é o fato que está em questão, mas a sua concepção". Pois avaliar o que realizamos é importante não só para a escola. É necessário para todos os segmentos da sociedade, do individual ao mais complexo agrupamento. É a oportunidade de discutirmos, à luz dos objetivos propostos, as dificuldades enfrentadas, a parcela de responsabilidade de cada um em todo o processo e principalmente estratégias que serão adotadas para que todo o conjunto alcance seus objetivos. Durante o Conselho de Classe será realizada uma ata descritiva na qual serão registrados: um parecer da turma, relação de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e defasagem de conteúdos, as linhas de ações relativas a tais dificuldades, o número de faltas quando considerável e em alguns casos o comportamento, quando intervir no processo ensino aprendizagem. Em uma etapa posterior, os alunos relacionados na ata elaborada no Conselho de Classe realizado com os professores serão chamados pela equipe pedagógica para discutir suas dificuldades, dúvidas e sugestões buscando a partir delas alternativas para repensar sua situação e assumir a responsabilidade de solucionar os problemas levantados. Esta etapa deve ser estendida aos pais através de reuniões, incentivando a discussão e reflexão sobre o processo educativo como um todo, fazendo sentirem-se como parte essencial desta escola. Para os alunos é de fundamental importância avaliar a própria aprendizagem e se tornar protagonista no processo educativo, uma vez que todas as discussões realizadas no Conselho de Classe serão socializadas com os alunos e posteriormente com os pais, como citado anteriormente. A partir das discussões realizadas no Conselho de Classe os professores terão a oportunidade de realizar uma autocrítica, buscando alternativas de ações metodológicas, que levem a realização dos objetivos primeiros de sua atuação enquanto docente. Durante o Conselho de Classe as relações interpessoais são favorecidas bem como a comunicação entre professores, alunos e gestores, pois é um momento de debate coletivo onde se

tornam significativas as trocas de experiências entre os professores que poderão propor ações que para determinados alunos deram resultado positivo em determinado momento e/ou situação. A coordenação dos Conselhos de Classe fica a cargo da orientadora educacional, que tem papel fundamental na condução dos encontros procurando fazer com que se tornem fórum de análise sobre as condições que a escola e as aulas devem assegurar para favorecer a melhoria do desempenho dos alunos, e não somente um momento de discussão retrospectiva do comportamento do aluno no decorrer do período. Essas são informações preciosas a serem compartilhadas e discutidas com os demais docentes. Tudo isso só será possível se os gestores planejarem um conselho de classe que ajude os docentes a ampliar o olhar sobre o desempenho da turma e a própria prática, propiciando assim a melhoria da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. Histórico Social da Criança e da família

Estatuto da Criança e do Adolescente. Fundação Roberto Marinho. Professor da pré – escola. São Paulo globo 1990. v.1

Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – 9.394/96 LDBEN

PIAGET, J. A psicologia da Criança. São Paulo; Bertrand, 1993.

PINTO, Gersusa Rodrigues & VOLAÇA, Regina Célia. O dia - a - dia do professor.

Belo Horizonte, Fapi, 1997.

RIBEIRO, Lourdes Eustáquio Pinto & PINTO, Gersusa Rodrigues. O real do construtivismo. Belo Horizonte, Fapi, 1995.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Vol.1.2.3 / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.

SAVATER, F. O valor de educar. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SCHETTINI FILHO, Luiz. A criança na família e na escola. Recife: Bagaço, 1997.

VYGOTSKY, L. S. A formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

THIESSEN, Maria Lúcia & BEAL, Ana Rosa. Pré – escola – tempo de educar. Belo horizonte, Ática, s.d.

WINNICOTT, D. W. A criança e seu mundo. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

w.w.w.portal.mec.gov.br.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf

Fonte: <https://fernandaclimaco.com.br/avaliacao-na-educacao-infantil-conforme-a-bncc>

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL**

PEQUENO POLEGAR

PROPOSTA

PEDAGÓGICA

**PORTO SÃO JOSÉ
SÃO PEDRO DO PARANÁ
2020**

15.1. PROPOSTA PEDAGÓGICA:

15.2. Introdução

O presente Projeto Político-Pedagógico busca firmar a identidade e a autonomia do trabalho do Centro Municipal de Educação Pequeno Polegar porque em uma sociedade a escola é a instituição mais significativa, por onde passam todos os indivíduos, que visam iniciar sua formação de cidadão, desenvolvendo seu senso-crítico e autonomia para buscar os melhores caminhos e lançar a cada um que passa por ela uma fonte de crescimento, sendo assim reconhecida e respeitada por todos como ponto fundamental no desenvolvimento humano.

A realização deste Projeto Político-Pedagógico nos trouxe uma visão de trabalho mais comprometida com o desenvolvimento da criança, onde a responsabilidade pela formação de boas condutas e de um cidadão consciente do mundo que o cerca, cai sobre a responsabilidade do centro de educação, fato este também relacionado com a ausência dos pais na vida da criança, já que devido aos fatores econômicos vivenciados na sociedade atual, os pais e mães assumem papéis cada vez mais competitivos no mercado de trabalho.

Desta forma, a reelaboração deste projeto foi realizada de forma coletiva, dentro de uma gestão democrática por meio de discussões mediante a participação da direção, coordenação pedagógica, professores, auxiliares de sala, equipe de apoio e alguns pais de aluno, para juntos buscarmos obter bom êxito dentro da instituição.

A inclusão é uma medida contextualizada nas políticas educacionais focalizadas na Educação Infantil. Assim, observadas as questões legais constituídas desde outras gestões, elas podem ser implementadas positivamente na medida em que podem levar a uma escolaridade mais construtiva. Isto porque quanto mais experiências as crianças tiverem, mais possibilidades terão de ampliar seus conhecimentos e se desenvolver. Assim, na medida em que se apropriam dos saberes da cultura e os transformam, as crianças vão se desenvolvendo fisicamente, afetivamente, bem como do ponto

de vista cognitivo-linguístico, social, ético e estético, construindo sua identidade, autonomia e cidadania.

O cuidado na sequência do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos de idade implica o conhecimento e a atenção às suas características etárias, sociais e psicológicas. As orientações pedagógicas, por sua vez, estarão atentas a essas características para que as crianças sejam respeitadas como sujeitos do aprendizado.

15.2.1 Matriz Curricular da Instituição de Ensino

MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

NRE: 20-Loanda			MUNICÍPIO: 2610 - São Pedro do Paraná		
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 00148 - Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar					
ENDEREÇO: Bairro: Porto São José – Município de São Pedro do Paraná - Rua Dourado – s/n cep: 87957-000					
FONE: (44) 3444-1256					
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná					
CURSO (2001): Educação Infantil					
TURNO: manhã/tarde		C.H. TOTAL DO CURSO:		DIAS LETIVOS ANUAIS:	
		1.600		200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2020		FORMA: silmultânea			
OFERTA²: Infantil 4 e 5 anos			ORGANIZAÇÃO: Anual		
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA			CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS		
Total de horas relógio semanais ³			20 horas/relógio		

Calendário Escolar



CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CÂNDIDO BERTHIER FORTES

Avenida Brasil, 676, Centro, CEP 87955-000 São Pedro do Paraná-PR

E-MAIL: cmeic.berthierfortes@hotmail.com - Fone: 44 3464 1086

CNPJ: 76.975.259/0001-10

CALENDÁRIO ESCOLAR - 2020

Janeiro							Fevereiro							Março									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
			1	2	3	4	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7			
5	6	7	8	9	10	11	9	10	11	12	13	14	15	8	9	10	11	12	13	14			
12	13	14	15	16	17	18	16	17	18	19	20	21	22	15	16	17	18	19	20	21			
19	20	21	22	23	24	25	23	24	25	26	27	28	29	22	23	24	25	26	27	28			
26	27	28	29	30	31									29	30	31							
1 - Ano novo							25 - Carnaval 26 - Cinzas							14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29									
Abril							Maio							Junho									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
			1	2	3	4				1	2						1	2	3	4	5	6	
5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13			
12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20			
19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27			
26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30							
10 - Paixão / 12 - Páscoa / 21 - Tiradentes							1 - Dia do Trabalhador							11 - Corpus Christi 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30									
Julho							Agosto							Setembro									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
				1	2	3	4				1	2	3	4	5				1	2	3	4	5
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12			
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19			
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26			
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30						
10 - Nossa Sra. Aparecida							21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31							7 - Independência									
Outubro							Novembro							Dezembro									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
					1	2	3				1	2	3	4	5				1	2	3	4	5
4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	6	7	8	9	10	11	12			
11	12	13	14	15	16	17	8	9	10	11	12	13	14	13	14	15	16	17	18	19			
18	19	20	21	22	23	24	15	16	17	18	19	20	21	20	21	22	23	24	25	26			
25	26	27	28	29	30	31	22	23	24	25	26	27	28	27	28	29	30	31					
12 - Nossa Sra. Aparecida							2 - Finados 15 - Proclamação da República							19 - Emancipação Política do PR 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31									
13 - Dia do Professor antecipado														14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31									
28 - Ponto Facultativo - Dia do Funcionário Público														25 - Natal									

	Férias/Recessos Discentes		Férias/Recesso/Docentes	
	MÊS	DIAS	MÊS	DIAS
Início/Término das aulas	janeiro / férias	30	janeiro / férias	30
Formação Pedagógica	fev / recessos	3	fev / recessos	3
Fechamento do Bimestre	julho / recessos	11	julho / recessos	14
Férias	dez / recessos	10	dez / recessos	10
Recessos	outros recessos	4	outros recessos	4
Feridos	Total	58	Total	61
Consciência Negra	Fechamento de Bimestre, Término das Aulas e Conselho de Classe e Contraturno			
Conselho de Classe	Planejamento/Replanejamento			
Planejamento/Replanejamento	Plano de Abandono			

Avaliação Bimestral	
1º Bimestre	- de 06/02 à 24/04 - 51 dias letivos
2º Bimestre	- de 27/04 à 03/07 - 45 dias letivos
3º Bimestre	- de 27/07 à 02/10 - 53 dias letivos
4º Bimestre	- de 05/10 à 18/12 - 51 dias letivos
Total: 200 dias letivos	

- Os dias destinados ao Estudo e Planejamento para profissionais da educação não poderão ser computados para cumprimento da exigência legal da carga horária letiva para os estudantes. Deliberação nº 02/2018 - CEE/PR.
- O dia do Professor será comemorado em recesso antecipado no dia 13/10.
- No dia 7 de Agosto se comemora o Dia do Funcionário de Escola
- No dia 11 de Agosto se comemora o Dia do Estudante.
- No dia 28 de Outubro se comemora o Dia do Servidor Público.
- No dia 20 de Novembro se comemora o Dia da Consciência Negra.

Calendário aprovado pelo Conselho Escolar, conforme ata nº02/2019.

15.2.2. DIREITOS DE APRENDIZAGEM GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A BNCC apresenta as Competências Gerais, entendidas, conforme Parecer nº 15/2017 da CNE/CP, como **Direitos de Aprendizagem:**

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo

responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

15.3. APRESENTAÇÃO DA MODALIDADE

15.3.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

TURMAS	Nº DE TURMAS	TURNOS	Nº DE ALUNOS	IDADE
BERÇÁRIO I CRECHE	01	Integral	06	0 a 1 Ano
BERÇÁRIO II CRECHE	01	Integral	08	1 a 2 Anos
MATERNAL I CRECHE	01	Integral	09	02 a 3 Anos
MATERNAL II CRECHE	01	Integral	04	03 a 4 Anos
INFANTIL 4 ED. INFANTIL	01	Manhã	18	4 Anos
INFANTIL 5 ED. INFANTIL	01	Manhã	10	05 Anos

15.3.2. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A compreensão da historicização da Educação Infantil revela-se como aspecto importante a ser considerado nos estudos que se dedicam à construção de propostas de trabalho pedagógico para esta etapa, visto que ao longo dos anos diferentes concepções acerca da criança, de sua aprendizagem e de seu desenvolvimento foram se constituindo histórica e socialmente. Estas concepções tanto servem de base como influência para as práticas pedagógicas na Educação Infantil, bem como para as políticas educacionais atuais.

De acordo com Oliveira (2012), na segunda metade do século XIX devido à abolição da escravatura, a migração de grande parte da população da zona rural para a zona urbana, e as altas taxas de mortalidade infantil, apareceram as primeiras intenções em se criar espaços para atendimento às crianças. Estas primeiras iniciativas de caráter assistencialista, surgem com o objetivo de combate à pobreza, sendo consideradas pelo poder legislativo, como ato de caridade. Por volta de 1875, por influência europeia, surgiram os primeiros “jardins da infância” promovidos pela iniciativa privada e só por volta de 1896 é que foram criados os primeiros espaços públicos para atendimento à infância. É possível constatar que a Educação Infantil, já nesta época, surge com características diferentes relacionadas à classe social das crianças, em que os atos de cuidar e de educar eram dissociados, sendo o primeiro destinado às crianças pobres caracterizada, segundo Oliveira (2012) por uma educação compensatória. Por sua vez, o segundo seria destinado para as crianças da classe dominante (BRASIL, 2009).

Segundo Oliveira (2012), no início do século XX há o aumento da urbanização acentuado pelo processo de industrialização, muitas mulheres ingressam no mercado de trabalho e a grande exploração imposta pelo capitalismo aos operários, impulsiona movimentos reivindicatórios. Concomitante a isso, os problemas com a falta de saneamento básico e de infraestrutura em muitas cidades, trazem implicações à saúde pública, gerando grandes epidemias. Assim, por volta de 1920, surgem as primeiras creches como uma forma de solução para problemas sociais de mães que tinham filhos e precisavam

trabalhar, ao mesmo tempo que se traduzem em medidas de prevenção de doenças e possíveis epidemias.

Em 1943 há um grande aumento na procura por creches, sendo este o resultado da consolidação das leis trabalhistas e conseqüente aumento da participação da mulher no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2012).

O reconhecimento das creches e pré-escolas como um direito social, ocorre somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual a Educação Infantil passa a ser assegurada pelo Estado. A este fato deve-se o início da construção de uma nova identidade, seja de caráter assistencial ou preparatório para as etapas posteriores de escolarização (BRASIL, 2009).

Este período marca o início de um processo, ainda que embrionário, de uma valorização do trabalho pedagógico na Educação Infantil, em que apareceram, ao mesmo tempo, projetos políticos pedagógicos mais sistematizados e discussões sobre a preocupação com a saúde da criança. A Carta Magna traz um conjunto de direitos sociais até então esquecidos pelo poder público, passando a ficar em evidência o reconhecimento do direito da criança à educação e o dever do Estado na garantia do seu cumprimento. Isso representa uma mudança significativa no entendimento sobre o que uma instituição de Educação Infantil pode/deve oferecer às crianças, considerando também seus familiares (OLIVEIRA, 2012).

De acordo com Barbosa e Ritcher (2015), com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (LDBEN/96), e a inserção da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, houve a possibilidade de uma grande expansão de creches e pré-escolas. A partir daí políticas públicas educacionais passam a ser definidas para essa etapa e há uma continuidade no processo de reflexão sobre a sua função.

Neste percurso, é possível identificar que a Educação Infantil é recente dentro da história da educação brasileira e faz parte de um contexto de luta de classes cuja função vem passando por diferentes mudanças. Esses marcos históricos permitem o entendimento de muitas questões peculiares que ainda vêm sendo debatidas, como, por exemplo a relação entre cuidar e educar e o condicionamento de um local para “deixar” as crianças que permite o trabalho de seus pais.

Nesse sentido, definir as características e os princípios básicos da Educação Infantil, considerando a legislação vigente e os avanços das produções teóricas a respeito das singularidades das crianças, seu desenvolvimento, aprendizagens e necessidades, significa avançar no entendimento da criança como sujeito de direitos.

15.3.3. PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM

Conforme o Parecer nº 20/2009 - CNE/CEB, (BRASIL, 2009 p. 4) que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) de 1999 e embasa as novas diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 5/2009 - CNE/CEB, as unidades de Educação Infantil, constituem-se em um espaço organizado intencionalmente em que são considerados “[...] critérios pedagógicos, o calendário, horários e as demais condições [...]” que garantam seu funcionamento.

Assim, por seu caráter educativo atrelado à exigência de formação mínima e específica dos profissionais e ao fato de estarem submetidas a legislações que regulam seu credenciamento e funcionamento, a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica deve seguir os princípios estabelecidos nas suas diretrizes, os quais são definidos no artigo 6º:

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p. 2). São princípios que se complementam e expressam uma formação fundamentada na integralidade do ser humano, que precisa apropriar-se dos sentidos éticos, políticos e estéticos na construção da sua identidade pessoal e

social. Esses princípios estão vinculados à Base Nacional Comum Curricular por meio da definição de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, os quais pretendem assegurar as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 35).

Os direitos de **conhecer-se** e de **conviver** relacionam-se aos princípios éticos, os direitos de expressar e de participar partem dos princípios políticos e os direitos de brincar e de explorar contemplam os princípios estéticos.

PRINCÍPIOS ÉTICOS

Os princípios éticos estão relacionados às ações e às relações estabelecidas com e entre as crianças, com e entre os adultos das unidades de Educação Infantil e também com os familiares, com experiências e vivências de responsabilidade, solidariedade e respeito. Neste sentido, é preciso intencionalidade na organização do trabalho pedagógico, partindo de saberes e conhecimentos que garantam a participação e expressão das crianças, de modo a promover a sua autonomia.

Isso implica considerar no percurso da aprendizagem e do desenvolvimento a afetividade e os vínculos estabelecidos pelas crianças, de modo que estes promovam uma autoestima positiva, bem como uma construção afirmativa de identidade do seu grupo social.

Nesse processo, a criança tem a possibilidade de conhecer-se, conhecer ao outro e conviver na diversidade étnico-racial, cultural, regional, religiosa, dentre outras, respeitando o ser humano e os espaços em que vivem. Experiências que promovam o autocuidado, o respeito ao próximo e ao meio ambiente estão associadas aos seguintes direitos expressos na BNCC:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (BRASIL, 2017, p.36).

PRINCÍPIOS POLÍTICOS

A ideia de cidadania, de criticidade e de democracia ligada aos princípios políticos, embora complexa, é construída nas experiências e vivências em que a criança tem oportunidade de se expressar e de participar. Estão associados à função da educação enquanto formadora de cidadãos críticos, que considerem o coletivo e o individual, o que implica se identificar enquanto sujeito ativo, que está inserido em uma sociedade podendo transformá-la. Assim, as crianças devem desde bem pequenas aprender a ouvir e respeitar a opinião do próximo, podendo também se manifestar relatando acontecimentos, sentimentos, ideias ou conflitos.

Na BNCC aparecem os direitos de:

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2017, p. 36).

PRINCÍPIOS ESTÉTICOS

A estética diz respeito à formação da sensibilidade capaz de apreciar e elevar a imaginação e permitir a criação, capacidades importantes para o desenvolvimento integral da criança. As práticas pedagógicas devem conduzir

ao contato e à aprendizagem sobre as especificidades expressas em diferentes tipos de manifestações artísticas e culturais. Para isso a criança deve vivenciar experiências diversas, que estimulem sua sensibilidade e valorizem seu ato criador. Desta forma, por meio de sensações, que devem ser as mais diversificadas possíveis, as crianças desenvolvem sua percepção que conseqüentemente contribui para se tornarem criativas.

Muitas brincadeiras são manifestações culturais e artísticas próprias da infância e permitem a expressão da liberdade e da ludicidade. A brincadeira é uma forma de interação e também promotora do desenvolvimento. É preciso considerar que ao brincar a criança explora objetos, aprende sobre as diferentes funções sociais da cultura e desenvolve o controle de conduta, pois realiza as ações de um adulto o imitando em diferentes papéis.

Na BNCC, os princípios estéticos aparecem nos direitos de:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p. 36).

Assim, os princípios e os direitos das crianças somente podem ser efetivados se corresponderem a um determinado entendimento de infância e de criança, pois estão associados às características do seu desenvolvimento, considerando a forma como se relacionam com o mundo e conseqüentemente como aprendem e se desenvolvem.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM

A BNCC na Educação Infantil estabelece seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. São eles que

asseguram as condições para que as crianças “aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” (BNCC).

Confira abaixo como esses direitos de aprendizagem aparecem no documento da BNCC na Educação Infantil e a proposta de cada um deles:

Conviver

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

15.3.4. CONCEPÇÕES NORTEADOREAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A compreensão da relevância da função pedagógica na Educação Infantil é recente. Durante grande parte da história da infância, a prática de atender as crianças era despreziosa, ou seja, bastava um local onde a criança pudesse estar sob os olhares de um adulto.

À medida que a Educação Infantil passa a ser objeto de pesquisas e avança na constituição de um arcabouço teórico, é respaldada pela obrigatoriedade de formação específica de professor para efetivar uma prática intencionalmente pedagógica.

A BNCC reafirma a intencionalidade educativa que direciona o trabalho pedagógico na Educação Infantil, ou seja, a reflexão que embasa a intenção do professor e a sua concretização na prática planejada. Essa intencionalidade se pauta nos pressupostos próprios desta etapa e, principalmente, na ciência de que a criança é partícipe da sua educação. Como cita a BNCC:

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais

variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (BRASIL, 2017, p. 36).

Um dos princípios postos na legislação para a Educação Infantil é o cuidar e o educar, e o brincar em um processo de interação. Essa relação que é indissociável, exige atenção aos momentos que permeiam o cotidiano da Educação Infantil, ricos de vivências e experiências. O professor precisa, nesse contexto, “refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2017, p. 36).

As transformações que ocorrem na vida das crianças durante a Educação Infantil são intensas e rápidas. Ao planejar, o professor precisa dedicar especial atenção à sua mediação nas aprendizagens e desenvolvimento, observando que as transformações podem ocorrer de diferentes formas e tempos.

A criança conhece e expressa seu “mundo” por meio das interações e brincadeiras. Ela organiza seu pensamento e se comunica, o que aponta a importância da atenção a essa expressão própria da infância, pois, ao mesmo tempo em que o professor é um observador atento e conhece sua criança acompanhando e analisando o processo de desenvolvimento, também pode direcionar sua ação por meio de novas brincadeiras, que oportunizem situações de desenvolvimento e aprendizagem (OLIVEIRA, 2010).

Há muitas situações que merecem atenção do professor no planejamento de suas ações na educação infantil, como: a organização dos espaços e do tempo, a igualdade nas relações e o respeito às diferenças, a relação e parceria com as famílias e o direito da criança à infância, entre outras.

Nesse sentido, o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações traz uma breve discussão sobre a concepção de criança, os eixos norteadores da Educação Infantil (as Interações e a Brincadeira) e os Campos de Experiências, como orientação para a organização dos currículos nessa etapa da Educação Básica, considerando nesta organização a educação inclusiva, assim como a flexibilização do currículo para as adaptações que atentem às especificidades de cada educando.

15.3.5. CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

A definição do conceito de criança só é possível quando permeada pela reflexão acerca da concepção de infância e sua construção histórica. Assim para compreender a criança enquanto sujeito histórico, é fundamental pensá-la inserida em práticas sociais de infância, histórica e socialmente determinada.

Ao aprofundar esse entendimento, percebe-se diferenças de concepções. Em resumo, na Idade Média a criança era vista como mini adulto, compartilhando suas vestimentas e até mesmo suas tarefas. Mais tarde, nos séculos XVI e XVII a infância passa a ser apenas uma etapa de vida que diferencia a criança do adulto. Com o advento das reformas religiosas, a infância passa a ganhar maior atenção, e algumas questões, como a afetividade e sua importância no desenvolvimento infantil, passam a ser consideradas (ARIÈS, 1978).

Na mesma linha de pensamento, no século XX, ainda com bases religiosas, caberia a família, a Igreja e a sociedade a formação moral da criança, direcionando-a no caminho do bem (OLIVEIRA, 2010). Mais tarde, com todo o processo de abertura política e redemocratização vivido no Brasil, a infância passa ser vista com mais atenção, o que significa que a criança passa ser considerada um ser histórico e cultural, pertencente a sociedade e portadora de direitos e deveres (OLIVEIRA, 2002).

De acordo com Leontiev apud Paraná, (2015, p. 31), "... o homem é um ser de natureza social, que tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade". A criança se apropria das qualidades humanas na medida em que se relaciona com os outros e com a cultura. Portanto, é fundamental a relação da criança com os outros, com a natureza e com a cultura acumulada historicamente pela humanidade.

Assim, é necessário compreender a criança enquanto sujeito ativo que se desenvolve continuamente, à medida em que estabelece relações sociais nas quais há a apropriação de conhecimentos pertencentes ao patrimônio cultural. Dentro deste contexto, o papel da Educação se constitui fundamental, uma vez que neste espaço há o ensino intencional de saberes e conhecimentos que promovem o desenvolvimento humano.

Segundo Kramer (2007) esta concepção ganha força com a elaboração de alguns documentos que acentuam os direitos da criança cidadã, como Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/1990, a nova LDBEN, Lei nº 9394/96, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e mais tarde com as DCNEIs que em seu artigo 4º indica a necessidade de entender-se a criança como: sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 1). Portanto, ainda com muitos direitos a serem alcançados, não se pode negar avanços qualitativos na Educação Infantil, onde a concepção de criança passa ser entendida como ser integral, vista em todos os seus aspectos. Isso significa que a educação ofertada à criança, desde bebê, necessita ser intencional, com espaços e recursos pedagógicos que promovam o desenvolvimento humano por meio de aprendizagens significativas.

A Educação Infantil possui especificidades e a criança que frequenta essa etapa da Educação Básica, deve ser respeitada a partir de suas manifestações de aprendizagem, que revelam o processo de desenvolvimento, o qual, em cada período, tem marcos referenciais comuns, a depender das intervenções educativas. Por isso que é importante assegurar práticas mediadoras entre os conhecimentos sistematizados e os saberes cotidianos, considerando que as aprendizagens são dependentes da qualidade das mediações oportunizadas pela comunicação, pela ação com os objetos e pelas brincadeiras.

15.3.6. AS INTERAÇÕES E A BRINCADEIRA NA PROPOSTA CURRICULAR

Barbosa (2010) apresenta três funções da Educação Infantil presente nas DCNEIs (BRASIL, 2009): social, política e pedagógica. Estas funções se articulam nas instituições que, ao receber uma criança, devem levar em consideração suas necessidades biológicas e cognitivas para a promoção da autonomia e desenvolvimento de valores que contribuirão nas relações com os outros, desta forma assumindo uma função social. Ao objetivar a busca por igualdade de direitos e exercício de cidadania, revela-se a função política e por

fim, ao conceber estes espaços enquanto promotores de aprendizagens e possuidores de intencionalidade para a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes áreas, revela-se a função pedagógica (BARBOSA, 2010).

De acordo com o Parecer nº 20 (BRASIL, 2009), que fundamenta as DCNEIs, para cumprir estas funções é necessário que o Estado complemente as ações das famílias assumindo sua responsabilidade na promoção de igualdade, na qual o espaço escolar deve ser considerado promotor de convivência e ampliação de saberes e conhecimentos que permitirão a construção de identidades coletivas e consequente desenvolvimento humano.

Desta forma, a Educação Infantil possui dois eixos para a organização intencional das práticas pedagógicas: as interações e a brincadeira. Estes eixos estruturantes são apresentados no artigo 9º das DCNEIs (BRASIL, 2009), no qual propõe-se uma organização curricular que garanta a aprendizagem por meio de experiências.

Por sua vez, a BNCC apresenta cinco campos de experiências que se aproximam de forma articulada às definições do referido artigo. Desta forma, optou-se neste documento por apresentar os incisos correspondentes a cada campo de experiência, para que possibilite a relação da DCNEIs com os objetivos de aprendizagens definidos pela BNCC e ainda, os objetivos de aprendizagem construídos aqui no Estado do Paraná.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA	Art. 9.º: As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:
O EU, O OUTRO E OS NÓS	I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; [...] V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas; VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas

	<p>para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;</p> <p>VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade; [...]</p> <p>XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras.</p>
<p>CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS</p>	<p>I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;</p> <p>II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; [...]</p> <p>VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar; [...]</p> <p>IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura. [...]</p>
<p>TRAÇOS, CORES E FORMAS</p>	<p>II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; [...]</p> <p>IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música,</p>

	artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura. [...]
ESCUUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	<p>[...] II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; [...]</p> <p>III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; [...]</p> <p>IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura. [...]</p>
ESPAÇOS TEMPOS QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	<p>IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;</p> <p>VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;</p> <p>X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais. (BRASIL, 2009, p. 4)</p>

É possível verificar a repetição de alguns incisos nos campos de experiências, o que revela a presença necessária da intercomplementaridade para esta etapa da Educação Básica.

O currículo da Educação Infantil deve estar presente nos projetos político-pedagógicos das instituições, enquanto resultado de uma construção coletiva. Este deve servir para organizar as práticas pedagógicas que acontecem na instituição e que têm o objetivo geral de promover o desenvolvimento humano.

De acordo com o artigo 3º das DCNEIs, o currículo é concebido como:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2009, p. 1). Estas práticas devem acontecer por meio de experiências e relações sociais estabelecidas nas instituições, devendo existir a intencionalidade pedagógica que considere o cuidar e educar como indissociáveis. Além disso, deve-se considerar os conhecimentos trazidos pelas crianças enquanto ponto de partida, no qual o professor deve promover por meio do trabalho pedagógico organizado, a aprendizagem dos saberes e conhecimentos.

Neste documento é possível identificar saberes e conhecimentos relativos aos objetivos de aprendizagem, proporcionando sistematização e organização do trabalho docente e possibilitando interligações entre esses. Por exemplo: ao objetivar a experiência de desenvolver a contagem oral, o professor pode promover a experiência de pular corda ao som de uma música que conte de um a dez, mas este deve ter consciência de que outras habilidades, como o equilíbrio, estão sendo desenvolvidas neste momento.

O ensino de conteúdos, representados neste documento por saberes e conhecimentos, constituem-se um compromisso político com a aprendizagem e com o desenvolvimento das crianças de todas as idades e em qualquer condição social, física, motora, sensorial, cognitiva, de saúde física ou mental.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS

Considerar as interações e a brincadeira enquanto ato das próprias crianças significa pensar em possibilidades de experienciar e isso compreende o fazer, o agir, a participação e a vivência. Os campos de experiências permitem uma organização curricular Inter complementar que considera as especificidades relativas a cada faixa etária, o que significa pensar em diferentes modos de perceber e agir sobre o mundo. Cabe aos professores promover o encontro de crianças de diferentes idades e criar condições para que a brincadeira aconteça.

Há uma relação entre os objetivos de cada campo e as áreas do saber organizadas em disciplinas no Ensino Fundamental, uma vez que essas expressam a classificação dos conhecimentos acumulados pela humanidade. Porém, é importante evitar a antecipação da etapa seguinte à Educação Infantil, “disciplinarizando” os campos.

Neste sentido, ao se efetivar o trabalho com os campos de experiências se apresentam diferentes encaminhamentos metodológicos, os quais se sustentam em abordagens teóricas sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem, bem como sobre a intencionalidade educativa, o que repercute no papel do professor, no planejamento, na organização da prática pedagógica, na avaliação e na organização do tempo, dos espaços e dos materiais. São definições a serem feitas no currículo propriamente dito, uma vez que estão articuladas a outras concepções, as quais são escolhas fundamentadas teoricamente. Mesmo sendo opções das redes e/ou das instituições, os encaminhamentos metodológicos devem assegurar o conhecimento, cujo acesso é direito da criança.

Os Campos de Experiências “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p. 38).

A categoria experiência está associada tanto aos saberes e conhecimentos que as crianças trazem ao chegarem na Educação Infantil, como aqueles que estão no currículo escolar e que, garante, plenamente, o acesso das crianças às ricas e diversas experiências e que lhes permite a apropriação das objetivações humanas, proporcionando aprendizagens e, por conseguinte, a elevação do seu desenvolvimento a patamares superiores, de forma omnilateral. Está, assim, associada diretamente ao fazer pedagógico planejado a partir dos currículos estabelecidos em cada rede ou instituição.

Os campos de experiências não seguem uma ordem de prioridade, são complementares e interligados e devem estar equilibrados no planejamento dos professores, propiciando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento aos bebês, às crianças bem pequenas e às crianças pequenas. Conforme a BNCC, são cinco os campos de experiências:

O eu, o outro e o nós

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos (BRASIL, 2017, p. 38).

Considerando este campo, percebe-se que organizar um currículo neste enfoque significa reconhecer a importância da formação a partir do social, criando condições que permitam às crianças o início da formação da identidade, com percepção do mundo à sua volta, do qual são partícipes e sujeitos de direito. Na Educação Infantil é importante oportunizar que as crianças entrem em contato com diferentes grupos sociais e culturais, conhecendo outros modos de vida, costumes e manifestações culturais com o intuito de ampliarem seus conhecimentos.

As imensas transformações pelas quais as crianças passam na infância, especialmente na etapa da Educação Infantil, estão imersas no mundo material e cultural a que tem acesso. Assim, os objetivos traçados a partir do campo “O eu, o outro e o nós” demonstram a necessidade de organização, pelo professor, de momentos de educação e de ensino planejados intencionalmente.

Outro campo que a BNCC apresenta é o de:

Corpo, gestos e movimentos

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.) (BRASIL, 2017, p. 39).

O corpo é, para a criança, um meio de expressão e comunicação que a auxilia em sua relação com o mundo. As experiências e vivências com o corpo são progressivas e emancipatórias, na medida em que são possíveis a percepção e o domínio do funcionamento do próprio corpo, reconhecendo seus limites e possibilidades. As diferentes linguagens são manifestadas por meio do corpo, onde a criança revela sua compreensão de mundo, sentimentos, necessidades. O campo “Traços, sons, cores e formas” está relacionado ao ambiente que as crianças vão, paulatinamente, descobrindo e atribuindo significados. São experiências e vivências diversas com materiais naturais ou produzidos, em ambientes com estímulos visuais e sonoros que promovam expressividade e criatividade. Conforme a BNCC, este campo busca possibilitar à criança:

Traços, sons, cores e formas

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências (BRASIL, 2017, p. 39).

O Campo “Escuta, fala, pensamento e imaginação” está relacionado à linguagem que se efetiva nas diferentes práticas sociais. É por meio das múltiplas linguagens, tomadas de forma contextualizada, que a criança amplia suas possibilidades de se comunicar e conhecer o mundo. Esse campo envolve experiências e vivências com a produção e a compreensão das diversas linguagens em diferentes contextos e suportes, considerando a relação entre estas e o pensamento.

Assim, promove aprendizagens que permitem à criança agir, sentir, pensar e atribuir significados sobre diferentes aspectos no seu entorno. Por meio de experiências significativas, a criança pode criar uma imagem positiva de si, manifestar preferências, comunicar-se por meio de diferentes linguagens e ampliar suas relações sociais. Na BNCC o campo se apresenta como:

Escuta, fala, pensamento e imaginação

Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua (BRASIL, 2017, p. 40).

O campo que trata das noções de tempo, espaço, quantidades, relações, transformações e outras ligadas à construção do raciocínio lógico é, na BNCC, o campo que compreende:

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu em seu cotidiano. (BRASIL, 2017, p. 40).

Aspectos do dia a dia como o meio ambiente, animais, plantas, materiais produzidos e naturais, fenômenos físicos e químicos, organização social são elementos possíveis para a promoção de experiências e vivências importantes nesse campo.

Assim, os campos de experiências concretizam uma identidade para a Educação Infantil com foco nos direitos de aprendizagens e desenvolvimento

expressos em objetivos para as crianças, os quais só serão atingidos com a organização intencional da prática pedagógica.

15.3.7. ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Até aqui foram abordadas questões relacionadas a Educação Infantil, sua construção ao longo do tempo e aspectos a serem considerados na mediação da aprendizagem e do desenvolvimento da criança nesta etapa de ensino. Quando essa etapa se encerra e inicia-se outra, o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é preciso atenção à essa transição, muitas vezes complexa para a criança e a família, pois pode ser vista como um momento de ruptura. As instituições de ensino precisam lembrar que a criança não deixa de ser a criança quando passa a ser estudante.

Essa ideia de dissociação é equivocada e muitas vezes pode causar consequências no desenvolvimento da criança. Sobre essa relação Kramer cita:

Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso [...]. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos [...]. Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais (2007, p. 20).

Com o tempo, construiu-se o conceito de que ao passar para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a criança deixa de ser criança, como se houvesse uma ruptura na infância. É comum os adultos, sejam os pais ou os professores, falarem para a criança frases do tipo: “agora as coisas ficaram sérias” ou “chegou a hora de estudar”. Sobre isso, Nascimento discorre:

Pensar sobre a infância na escola e na sala de aula é um grande desafio para o ensino fundamental que, ao longo de sua história, não tem considerado o corpo, o universo lúdico, os jogos e as brincadeiras como prioridade. Infelizmente, quando as crianças chegam a essa etapa de ensino, é comum

ouvir a frase “Agora a brincadeira acabou!”. Nosso convite, e desafio, é aprender sobre e com as crianças por meio de suas diferentes linguagens. Nesse sentido, a brincadeira se torna essencial, pois nela estão presentes as múltiplas formas de ver e interpretar o mundo (2007, p. 30).

Suely Amaral Mello (2012) ressalta que é necessário compreender o processo de aquisição da linguagem escrita como formação da atitude leitora e produtora de textos na Educação Infantil. Sobre esse aspecto, a autora discorre, o sentido que as crianças atribuirão à escrita será adequado se ele for coerente com a função social, coerente com o significado social da escrita. Pode-se mostrar às crianças – por meio das vivências que proporcionadas envolvendo a linguagem escrita – que a escrita serve para escrever histórias e poemas, escrever cartas e bilhetes, registrar planos, intenções e acontecimentos, por exemplo (MELLO, 2012, p. 78).

Nesse sentido, primordialmente na Educação Infantil, o professor deve organizar atividades que favoreçam a compreensão da função social da escrita com o intuito de captar as intenções comunicativas dos textos e ampliar o repertório vocabular das crianças. Essas são aprendizagens essenciais que antecedem o ensino técnico dos procedimentos para a escrita.

Desde que nasce a criança faz parte de um mundo letrado, com diversas manifestações de leitura e escrita, a escola de Educação Infantil é o espaço onde a criança terá a oportunidade de pensar a escrita em sua função social, por meio de diversas linguagens e interações sociais, mas, é no Ensino Fundamental que esse processo é sistematizado por meio da alfabetização, na qual a criança amplia, progressivamente, suas capacidades de compreender a leitura e a escrita (LEAL, ALBUQUERQUE, MORAIS, 2007).

Portanto, infância, criança e as singularidades deste período de vida devem, na Educação Infantil, assim como no Ensino Fundamental, ser o foco do processo de ensino-aprendizagem, pautados nos mesmos princípios. Como explicita o documento da BNCC, deve “garantir integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos” (BRASIL, 2017, p. 51).

Desta forma, ante as orientações do documento, é necessário que as instituições conversem entre si, dando continuidade ao processo, inclusive compartilhando as informações de vida da criança, como relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados por ela, dando oportunidade para que ela progrida em todos os seus aspectos (BRASIL, 2017).

Sendo assim, é indispensável a articulação dos currículos e das práticas pedagógicas que envolvem essas etapas, de modo que as instituições de ensino sejam incentivadas a traçarem formas de tornar essa transição tranquila, pautada na relação e continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento humano.

15.4. OBJETIVOS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação Infantil é a fase que envolve crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, considerada a primeira etapa da Educação Básica. Seu objetivo é o desenvolvimento integral das crianças, ou seja, não apenas o cognitivo, mas também o físico e o socioemocional.

Esta fase está dividida em dois segmentos: creche (crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (crianças de 4 a 5 anos e 11 meses).

A primeira infância é um período crucial na vida das crianças, é nesta fase que elas adquirem capacidades fundamentais para o desenvolvimento de habilidades que irão impactar na sua vida adulta, por isso, cuidar da Educação Infantil é cuidar do futuro das nossas crianças.

Objetivos específicos

Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, confiante em suas capacidades e percepção de suas limitações;
Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;

Estabelecer vínculos afetivos e de troca entre adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;

demonstrando atitudes Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista, interagindo com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuem para sua conservação;

Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;

Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

Conhecer algumas manifestações culturais, de interesse, respeito e participação, valorizando a diversidade;

15.5. METODOLOGIA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O conhecimento é uma construção histórica e social, na qual interferem fatores de ordem cultural e psicológica.

A perspectiva construtiva na educação é configurada por uma série de princípios explicativos do desenvolvimento e da aprendizagem humana que se complementam, integrando um conjunto orientado para analisar, compreender e explicar os processos pelos quais acontecem a aprendizagem.

Com o avanço das investigações científicas na área da aprendizagem, tornou-se possível interpretar o erro como algo inerente ao processo de aprendizagem e ajustar a intervenção pedagógica para ajudar a superá-lo.

Na concepção construtivista as metodologias para o processo de ensino e aprendizagem, são sugeridas de modo a garantir que todos os alunos possam:

Desenvolver suas capacidades: cognitiva, física, afetiva, de relação interpessoal, estética, ética, de inserção social;

Ter acesso aos conteúdos como um meio para aquisição e desenvolvimento dessas capacidades;

Capacitar-se para o processo de educação permanente, exigido pelas constantes inovações no mundo do trabalho.

Para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos é imprescindível ao professor:

Conhecer um mínimo da biografia do aluno, seus problemas e dificuldades materiais e emocionais.

Valorizar as mais humildes realizações dos alunos a fim de que eles se tornem cada vez mais seguros e confiantes em suas capacidades de aprender e criar;

Dominar o conteúdo específico de seu componente curricular, desenvolvendo uma prática pedagógica eficaz, tendo a capacidade de observar o desempenho real do aluno, de fazer as intervenções, de saber agrupá-los usando critérios adequados;

Observar sempre o comportamento do aluno, propondo atividade que os ajudem a reconhecer a importância da disciplina, de ordem e do esforço coletivo para seu desenvolvimento pessoal;

Trabalhar em todos os componentes as formas de ortografia correta;

Utilizar convenientemente os recursos didáticos pedagógicos disponíveis;

Avaliar corretamente o aluno através de vários instrumentos;

Interagir com os demais professores através do diálogo, pela integração horizontal e com os alunos, num processo de reflexão conjunta, apropriando-se de um novo saber pedagógico;

Desenvolver projetos, visando a valorização e melhoria do prédio, e materiais escolares;

Observar e registrar o ritmo de aprendizagem dos alunos e repassar as informações necessárias para a coordenação e direção da escola, com o objetivo de juntos procurar solucionar a defasagem existente;

Avisar a escola com antecedência em caso de eventuais ausências e deixar aulas preparadas ou orientadas para quem for substituir;

Registrar correto e claramente todos os dados referentes a vida escolar do aluno;

Participar dos eventos culturais da escola, como parte integrante do processo que dentro dela ocorrer;

Participar e incentivar a participação da comunidade no processo de ensino e aprendizagem e envolvê-los nas atividades programadas pela escola.

15.6. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

“No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. Para que isso ocorra o professor deve compartilhar com elas aquelas observações que sinalizam seus avanços e suas possibilidades de superação das dificuldades.” (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - Brasília: MEC/SEF 1998 p.60. v.1.)

A avaliação na educação infantil deve acontecer de forma sistemática e contínua, ao longo de todo o processo de ensino – aprendizagem, tendo como objetivo a melhoria da ação educativa.

Deve existir uma proposta pedagógica que leve em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem exploradas; um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios; um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, que é a base do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico.

O professor pode utilizar diferentes estratégias na prática da avaliação na educação infantil. As situações de avaliação, nessa fase de escolarização, podem ser realizadas a partir de atividades contextualizadas, que possibilitem ao professor observar a evolução das crianças. Essas situações podem ocorrer

nos momentos em que as crianças falam, escrevem, opinam ou argumentam, realizam trabalhos manuais etc.

A organização dos trabalhos feitos pelas crianças em arquivos individuais também é uma estratégia de avaliação. Por meio desses arquivos, é possível fazer um acompanhamento periódico da aprendizagem e observar o desenvolvimento de cada criança.

A postura avaliativa do professor deve partir do princípio de que todas as fases da vida da criança representam uma etapa altamente significativa e importante para suas próximas conquistas. Daí a importância do educador repensar suas estratégias de avaliação, sempre que necessário, a fim de buscar outras que se mantenham voltadas para o processo evolutivo das crianças e que contemplem uma formação global, contínua e integrada.

Entendemos que a avaliação é um instrumento que auxilia na reflexão dos trabalhos oferecidos pelo Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar, sendo eles administrativos, pedagógicos, relações com as famílias ou outros.

Adotamos uma forte convicção de que as crianças não devem ser avaliadas, mas sim, acompanhadas em cada fase de seu desenvolvimento.

Segundo o que prescreve o artigo 31 da LDB: “Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

Nesse sentido, procuramos desenvolver avaliação permanente, organizando espaços e tempos para que cada educador ou professor possa observar e refletir sobre as particularidades de cada criança, desde suas condições socioculturais e intelectuais sem burocratizar esse trabalho.

Para a equipe é mais condizente avaliar criando uma postura crítica de respeito às crianças, considerando-as como pessoas completas e íntegras em qualquer que seja a fase de seu desenvolvimento. Temos ainda a responsabilidade profissional em possibilitar esses desenvolvimentos, numa intencionalidade educacional e necessária, buscando orientações que facilitem a nossa prática de avaliação e ampliem nossos olhares sobre as crianças, avaliando-as em suas necessidades físicas, biológica, intelectuais e afetivas.

Para isso, desenvolvemos o trabalho sobre a avaliação mais centrada na relação de diálogo entre adultos e crianças, observando atitudes, analisando seus registros e conversando com elas sobre o que fizeram, porque fizeram como fizeram, num esforço de observarmos e compreendermos os tipos de significados que eles atribuem às situações vivenciadas no Centro de Educação. Esse processo é trabalhado desde que as crianças chegam ao Centro de Educação, em que fazemos observação através de jogos e atividades enquanto permanecem conosco.

Por acreditarmos que a avaliação implica também no trabalho do professor procuramos semanalmente conversarmos sobre as condições de trabalhos oferecidas às crianças, analisando em conjunto as decisões tomadas por esse, ao perceber manifestações importantes das crianças no ambiente de sua sala, buscando garantia e melhoria da qualidade de seu trabalho.

As avaliações, no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar, são feitas diariamente através de observação, reflexão do trabalho das crianças e do professor registrados em fichas de acompanhamento e relatórios de seu desenvolvimento, e na pré-escola através de sondagens de sua aprendizagem que são feitas mensalmente sendo registradas em fichas diagnósticas para darmos continuidade ao trabalho do professor.

As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE-CEB nº05-2009, no artigo 10º identificam a avaliação definindo que as instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, *sem objetivo de promoção ou classificação*.

Já de acordo com a BNCC, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. Dessa maneira, substituem-se referências herdadas do ensino fundamental e passa-se a pensar em práticas adequadas e próprias para a infância.

Partindo do ponto de vista desses documentos, que apontam uma concepção de Avaliação na Educação Infantil que busca articular os saberes do professor

e a promoção do desenvolvimento integral das crianças, elegi cinco importantes passos para a ação dos professores:

CINCO IMPORTANTES PASSOS PARA A AÇÃO AVALIATIVA DOS PROFESSORES

PLANEJAR-Enxergar a avaliação como meio para novas aprendizagens, tanto do professor, quanto das crianças.

OBSERVAR-A partir da observação e reflexão da própria prática, o professor deve pensar, avaliar suas ações e dar continuidade ou propor mudanças no planejamento

REGISTRAR-Observar, ouvir e registrar crítica e cuidadosamente as pesquisas da meninada, atividades propostas, brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.

REFLETIR-Utilizar múltiplos instrumentos de registros (diários de bordo, cadernos de anotações, planejamento, fotos, vídeos, entre outros recursos que o professor sentir necessidade de utilizar para dar visibilidade as aprendizagens)

COMUNICAR_O professor deve propor a criação coletiva de documentação pedagógica que permita a criança e as famílias reconhecer os processos de desenvolvimento e aprendizagens na educação infantil.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

O EU, O OUTRO E NÓS

Apresentação dos Campos de Experiências

Considerar as interações e a brincadeira enquanto ato das próprias crianças significa pensar em possibilidades de experienciar e isso compreende o fazer, o agir, a participação e a vivência. Os campos de experiências permitem uma organização curricular inter complementar que considera as especificidades relativas a cada faixa etária, o que significa pensar em diferentes modos de perceber e agir sobre o mundo. Cabe aos professores promover o encontro de crianças de diferentes idades e criar condições para que a brincadeira aconteça.

Há uma relação entre os objetivos de cada campo e as áreas do saber organizadas em disciplinas no Ensino Fundamental, uma vez que essas expressam a classificação dos conhecimentos acumulados pela humanidade. Porém, é importante evitar a antecipação da etapa seguinte à Educação Infantil, “disciplinarizando” os campos.

Neste sentido, ao se efetivar o trabalho com os campos de experiências se apresentam diferentes encaminhamentos metodológicos, os quais se sustentam em abordagens teóricas sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem, bem como sobre a intencionalidade educativa, o que repercute no papel do professor, no planejamento, na organização da prática pedagógica, na avaliação e na organização do tempo, dos espaços e dos materiais. São definições a serem feitas no currículo propriamente dito, uma vez que estão articuladas a outras concepções, as quais são escolhas fundamentadas teoricamente. Mesmo sendo opções das redes e/ou das instituições, os encaminhamentos metodológicos devem assegurar o conhecimento, cujo acesso é direito da criança.

Os Campos de Experiências “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p. 38).

A categoria experiência está associada tanto aos saberes e conhecimentos que as crianças trazem ao chegarem na Educação Infantil, como aqueles que estão no currículo escolar e que, garante, plenamente, o acesso das crianças às ricas e diversas experiências e que lhes permite a apropriação das objetivações humanas, proporcionando aprendizagens e, por conseguinte, a elevação do seu desenvolvimento a patamares superiores, de forma unilateral.

Está, assim, associada diretamente ao fazer pedagógico planejado a partir dos currículos estabelecidos em cada rede ou instituição.

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos (BRASIL, 2017, p. 38).

Metodologia do Campo de Experiência

A observação e a exploração do meio constituem-se duas das principais possibilidades de aprendizagem das crianças desta faixa etária. É dessa forma que poderão, gradualmente, construir as primeiras noções a respeito das pessoas, do seu grupo social e das relações humanas. A interação com adultos e crianças de diferentes idades, as brincadeiras nas suas mais experiências necessárias para o desenvolvimento e aprendizagem infantis.

As crianças podem gradativamente desenvolver uma percepção integrada do próprio corpo por meio de seu uso na realização de determinadas ações pertinentes ao cotidiano. Devem ser evitadas as atividades que focalizam o corpo de forma fragmentada e desvinculada das ações que as crianças realizam. É importante que elas possam perceber seu corpo como um todo integrado que envolve tanto os diversos órgãos e funções como as sensações, as emoções, os sentimentos e o pensamento.

O trabalho com estes conteúdos pode fomentar, entre as crianças, reflexões sobre a diversidade de hábitos, modos de vida e costumes e diferentes épocas, lugares e povos, e propiciar o conhecimento da diversidade de hábitos existentes no seu universo mais próximo (as crianças da própria turma, os vizinhos do bairro etc.). Esse trabalho deve incluir o respeito às diferenças existentes entre os costumes, os valores e hábitos das diversas famílias e grupos, e o reconhecimento de semelhanças. A oferta de materiais diversificados que possibilitem diferentes experiências e a proposta de atividades interessantes, também são condições necessárias que incentivam as ações exploratórias das crianças.

O professor deve eleger temas que possibilitem tanto o conhecimento de hábitos e costumes socioculturais diversos, quanto a articulação com aqueles que as crianças conhecem, como tipos de alimentação, vestimentas, músicas, jogos e brincadeiras, brinquedos, atividades de trabalho e lazer etc. Assim, as crianças podem aprender a estabelecer relações entre o seu dia a dia e as vivências socioculturais, históricas e geográficas de outras pessoas, grupos ou gerações.

Proporcionando inúmeras oportunidades na instituição de educação infantil em vivenciar experiências envolvendo aprendizagens significativas relacionadas com este campos de experiência, pode-se esperar que as

crianças conheçam e valorizem algumas das manifestações culturais de sua comunidade e manifestem suas opiniões, hipóteses e ideias sobre os diversos assuntos colocados. É preciso que o professor desenvolva atividades variadas relacionadas a festas, brincadeiras, músicas e danças da tradição cultural da comunidade, inserindo-as na rotina e nos projetos que desenvolve junto com as crianças.

Avaliação do Campo de Experiência

A avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento dos processos de aprendizagem das crianças; para refletirmos sobre a qualidade da interação estabelecidas com outras crianças, professor etc. Auxiliando no planejamento educativo, sem o objetivo de promoção.

Observação do grau de dificuldade encontrado pelos alunos durante as atividades de socialização entre seus pares. E dos avanços das aprendizagens das crianças em relação ao convívio com o outro.

Promover a interação com os pares e adultos em diferentes situações e com outros grupos sociais.

Construir um modo próprio de agir e pensar.

Descobrir outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Reconhecer as diferenças e valorizar a sua própria identidade

Compreende que tem de: respeitar o amigo, cuidar, brincar, interagir, ouvir, realizar atividades propostas, compartilham alimentos, brinquedos etc.

Construir percepções de si dos outros, entendendo-se como sujeitos de direitos e deveres, formando sua identidade através da socialização e descobrindo outras culturas e também construindo sua autonomia e através das relações sociais e cuidados pessoais, assim experenciar o auto conhecer-se, aprendendo o valor do respeito e sobre as diferenças sociais.

Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos, além de uma imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios;

Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.

Interação com o grupo e as professoras; Respeitar as escolhas dos colegas; Saber esperar sua vez; Ter autonomia; Conhecer o seu corpo; Reconhecer as manifestações culturais; Saber compartilhar objetos e materiais; saber sua idade e seu nome; Comunicar-se para resolver seus conflitos; Entender regras de convívio e das brincadeiras.

CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

Apresentação do Campo de Experiência

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o participante privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar,

escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.) (BRASIL, 2017,p.

39

O corpo é, para a criança, um meio de expressão e comunicação que a auxilia em sua relação com o mundo. As experiências e vivências com o corpo são progressivas e emancipatórias, na medida em que são possíveis a percepção e o domínio do funcionamento do próprio corpo, reconhecendo seus limites e possibilidades. As diferentes linguagens são manifestadas por meio do corpo, onde a criança revela sua compreensão de mundo, sentimentos e necessidades.

Metodologia do Campo de Experiência

As atividades desenvolvidas dentro desse campo de experiência necessita que sejam trabalhadas as funções motoras, numa perceptiva, de desenvolver o corpo de forma integral, afetivas e sócias motoras, pois assim a criança explora o ambiente, passa por experiências concretas, indispensáveis ao seu desenvolvimento intelectual, e é capaz de tomar consciência de si mesma e do mundo que a acerca. As atividades físicas realizadas são aquelas de caráter recreativo, que favorecem a consolidação de hábitos, o desenvolvimento corporal e mental, a melhoria da aptidão física, a socialização, a criatividade; tudo isso visando à formação da sua personalidade. Atividades de conhecimento do próprio, corpo como: visualização da própria imagem através do espelho, realizando expressões faciais, gestos, engatinhar, rolar, balançar, dar cambalhotas, se equilibrar em um só pé, andar para os lados equilibrar e caminhar sobre uma linha no chão e materiais variados (passeios ao ar livre), etc. constitui-se num fator de equilíbrio na vida das pessoas, expresso na interação entre o espírito e o corpo, a afetividade e a energia, através da realização dos movimentos, adaptado a um ritmo é resultado de um conjunto completo (e complexo) de atividades coordenadas. Por isso, trabalhar atividades como cantar fazendo gestos, dançar, bater palmas, pés, são experiências importantes para a criança, pois elas permitem que se desenvolva o senso rítmico, a

coordenação motora, do indivíduo e do grupo, promovendo a totalidade do ser humano, fatores importantes também para o processo de aquisição da leitura e da escrita.

Avaliação do Campo de Experiência

Possibilidades de explorar o mundo, o espaço, os objetos de seu entorno com o corpo.

De expressar – se.

De brincar

De produzir conhecimento vivenciando um amplo repertório.

Tornar - se consciente de si.

Descobrir variados modos de ocupar os espaços com seu próprio corpo.

Conhecer e reconhecer as funções do seu corpo, movimentos e limites construindo referenciais que as orientam em relação a aproximar-se ou distanciar-se de determinados pontos, participando também de brincadeiras de faz de conta nas quais representamos mundo da fantasia vivendo experiências de diferentes linguagens como a dança e a música, aprendendo seu valor nas diferentes culturas, ampliando as possibilidades expressivas de seu corpo.

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

Apresentação do Campo de Experiência

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e

individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências (BRASIL, 2017, p. 39).

Metodologia do Campo de Experiência

O trabalho deve ser organizado dentro desse campo de experiência de forma a oferecer para as crianças a possibilidade de contato, uso e exploração de diversos tipos de materiais, formas e cores, valorizando a utilização de instrumentos, materiais e suportes diversos, com lápis, pincéis, tintas, papéis, cola, etc. A partir do momento em que as crianças tenham condições motoras para o manuseio. As atividades devem ser bem dimensionadas e delimitadas no tempo.

Para que as crianças possam criar suas produções, o professor deve-se proporcionar o maior número de materiais variados possível e que tenham significados para a criança.

Oferecendo oportunidades diversas para que elas se familiarizem com alguns procedimentos ligados aos materiais utilizados, os diversos tipos de suporte e para que possam pensar sobre os resultados obtidos.

Para o trabalho com leitura de imagens é importante elaborar perguntas que instiguem a observação, a descoberta e o interesse da criança. As atividades musicais oferecem inúmeras oportunidades para que a criança aprimore sua habilidade motora, aprenda a controlar seus músculos e mova-se com desenvoltura, pedir também para que as crianças fiquem em silêncio e observem os sons ao seu redor, depois elas podem descrever, desenhar ou

imitar o que ouviram, fazer um passeio pelo pátio da escola para descobrir novos sons, ou aproveitar um passeio fora da escola e descobrir sons característicos de cada lugar.

Gravar sons e pedir para que as crianças identifiquem a cada um. Produzir sons sem que elas vejam os objetos utilizados e pedir para que elas os identifiquem, descubram de que material é feito o objeto (metal, plástico, vidro, madeira) como o som foi produzido (agitado, esfregado, rasgado, jogado no chão). Assim como são de grande importância as atividades onde se busca localizar a fonte sonora e estabelecer a distância em que o som foi produzido (perto ou longe). Pedir para que as crianças fiquem de olhos fechados e indiquem de onde veio o som produzido por ele, ou ainda, o professor pode caminhar entre os alunos utilizando um instrumento ou outro objeto sonoro e as crianças vão acompanhando o movimento do som com as mãos.

Utilizar as músicas que são conhecidas pelas crianças, explorar os diferentes ritmos existentes nas mesmas explorando os diferentes recursos expressivos explorar a confecção de instrumentos musicais com materiais alternativos, utilizando material reciclado. O ensino deste campo de experiência deve ter relação com a realidade de nossos alunos e dialogar com os saberes, inteligência e percepção do mundo dos mesmos, além de aumentar sua capacidade dialógica e perceptiva.

Avaliação do Campo de Experiência

Avaliação será contínua mediante observação do desempenho das crianças na realização das atividades.

Espera-se que os bebês percebam os diferentes sons do corpo e consiga reproduzi-los.

Espera-se que façam reprodução dos sons do corpo através da repetição.

Espera-se que explore e crie sons com objetos.

Espera-se que ao explorar instrumentos musicais convencionais e não convencionais percebam os sons que são produzidos.

Espera-se que produza sons naturais como o som da água caindo através da estimulação do professor.

Espera-se que movimentem-se de acordo com a música apresentada pelo professor fazendo gestos e movimentos

Avaliação será contínua mediante observação do desempenho das crianças na realização das atividades.

Espera-se que os bebês percebam os diferentes sons do corpo e consiga reproduzi-los

Espera-se que os bebês produzam e reproduzam os sons do corpo através da repetição.

Espera-se que explore e crie sons com objetos como sucata etc.

Espera-se que explore instrumentos musicais convencionais e não convencionais e percebam os sons que são produzidos exercitando a audição, percepção musical e produção sonora.

Espera-se que os bebês movimentem-se de acordo com a música apresentada pelo professor através de vídeos fazendo gestos e movimentos acompanhando o ritmo explorando as cantigas de roda.

Espera-se que as crianças percebam os diferentes sons de diferentes fontes sonoras como sucata, potes, garrafas etc. e instrumentos musicais.

Espera-se que explore e crie sons com objetos como sucata etc.

Espera-se que identifique os sons de diferentes fontes sonoras.

Espera-se que explore instrumentos musicais convencionais e não convencionais e percebendo e produzindo os sons agudos, graves, fracos, fortes, longos e curtos.

Espera-se que reconheçam as produções artísticas de diferentes culturas.

-Espera-se que reconheçam e cantem as canções típicas da cultura local e regional.

- Espera-se que conheça, perceba e identifique os sons da natureza e reproduza.

- Espera-se que as crianças cantem, dançam reproduzindo os sons dos animais de acordo com a cantiga apresentada pelo professor fazendo gestos e movimentos acompanhando o ritmo da música.

ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

Apresentação do Campo de Experiência

O Campo “Escuta, fala, pensamento e imaginação” está relacionado à linguagem que se efetiva nas diferentes práticas sociais. É por meio das múltiplas linguagens, tomadas de forma contextualizada, que a criança amplia suas possibilidades de se comunicar e conhecer o mundo. Esse campo envolve experiências e vivências com a produção e a compreensão das diversas linguagens em diferentes contextos e suportes, considerando a relação entre estas e o pensamento.

Assim, promove aprendizagens que permitem à criança agir, sentir, pensar e atribuir significados sobre diferentes aspectos no seu entorno. Por meio de experiências significativas, a criança pode criar uma imagem positiva de si, manifestar preferências, comunicar-se por meio de diferentes linguagens e ampliar suas relações sociais.

Metodologia do Campo de Experiência.

A aprendizagem da fala se dá de forma privilegiada por meio das interações que a criança estabelece desde que nasce.

É importante que o professor converse com as crianças, ajudando-as a se expressarem, apresentando-lhes diversas formas de comunicar o que desejam, sentem, necessitam etc. Nessas interações, é importante que o adulto utilize a sua fala de forma clara.

Além da conversa constante, o canto, a música e a escuta de histórias também propicia o desenvolvimento da oralidade e da imaginação. A leitura pelo professor de textos escritos, em voz alta, em situações que permitem a atenção e a escuta das crianças, seja na sala, no parque debaixo de uma árvore, antes de dormir, numa atividade específica para tal fim etc., fornece às crianças um repertório rico em oralidade e em relação com a escrita. As crianças, desde muito pequenas, podem construir uma relação prazerosa com

a leitura. Compartilhar essas descobertas com seus familiares é um fator positivo nas aprendizagens das crianças, dando um sentido mais amplo para a leitura.

Para tanto, deve escutar a fala da criança, deixando-se envolver por ela, ressignificando e resgatando-a sempre que necessário.

A roda de conversa é o momento privilegiado de diálogo e intercâmbio de ideias. Por meio desse exercício cotidiano, as crianças podem ampliar suas capacidades comunicativas, como a fluência para falar, perguntar, expor suas ideias, dúvidas e descobertas, ampliar seu vocabulário e aprender a valorizar o grupo como instância de troca e aprendizagem. A participação na roda permite que as crianças aprendam a olhar e a ouvir os amigos, trocando experiências.

A leitura de histórias é um momento em que a criança pode conhecer a forma de viver, pensar, agir e o universo de valores, costumes e comportamentos de outras culturas situadas em outros tempos e lugares que não o seu. A partir daí ela pode estabelecer relações com a sua forma de pensar e o modo de ser do grupo social ao qual pertence, podem resgatar o repertório de histórias que ouvem em casa e nos ambientes que frequentam, uma vez que essas histórias se constituem em rica fonte de informação sobre as diversas formas culturais de lidar com as emoções e com as questões éticas, contribuindo na construção da subjetividade e da sensibilidade das crianças de maneira a despertar no mesmo possibilidades de sentir integrante de uma sociedade.

Avaliação do Campo de Experiência.

Possibilidade de interagir e interpretar o outro; De ouvir e recontar histórias. Observar textos que circulam no ambiente familiar e na escola.

Manipular livros Construir hipóteses sobre a escrita para estimular a imaginação. Ampliar o conhecimento de mundo. Desenvolve A avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento dos processos de aprendizagem das crianças.

Observar se mantém atento as brincadeiras e atividades em grupo, mantém-se numa atividade por tempo razoável, pronuncia nome de lugares, objetos, pessoas, personagens de histórias, cantam cantigas, se param para ouvir histórias.

Participam de atividades quando chamados/ solicitados. Atende ao comando. Participam de atividades tais como: cantar cantigas, ouvir histórias, brincadeiras e atividades propostas etc.

Expressa seus sentimentos através de gestos, falas, atende o comando de guardar objetos, brinquedos na sala, reconhece o não ou sim.

Reconhece seu professor e colega pelo nome, diferencia o seu e meu, reage adequadamente frente as situações agressiva por parte dos colegas, adquire o hábito de esperar sua vez para falar ou realizar atividades.

Ampliar suas possibilidades de se comunicar e conhecer o mundo através das experiências com a linguagem oral, ouvindo histórias, fazendo leitura de imagens, constituindo-os como sujeitos pertencente a um grupo social, construindo também hipóteses sobre a escrita não convencional, porém de plenos significados.

Dar espaço para o aluno expressar suas ideias, sentimentos e desejos diante das vivências experimentadas, podendo ser por meio da linguagem oral e escrita, assim como por desenhos, colagens, fotos, músicas e jogos simbólicos;

Despertar o interesse da criança por ouvir, compreender, criar, contar e recontar narrativas que fazem parte do seu contexto

Conhecer os gêneros textuais; Domínio da linguagem oral; reconhecer as letras do alfabeto e a sonorização delas; Recontar histórias narradas; saber a cronologia da história; Reconhecer a escrita do seu nome e dos seus colegas; Distinguir letras, números e imagens; entender a posição da escrita; Interpretar o texto, reconhecendo os personagens, espaço e cenário; Criar histórias; Entender que a escrita representa a fala.

ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES.

Apresentação do campo de experiência

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais.

Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações.

Aspectos do dia a dia como o meio ambiente, animais, plantas, materiais produzidos e naturais, fenômenos físicos e químicos, organização social são elementos possíveis para a promoção de experiências e vivências importantes nesse campo.

Metodologia do Campo de Experiência

Embora a recitação oral da sucessão dos números seja uma importante forma de aproximação com o sistema numérico, para evitar mecanização é necessário que as crianças compreendam o sentido do que se está fazendo, o professor deve levar em conta que elas ocorrem de formas diferentes entre as crianças (1, 3, 4, 19,). Exemplos de situações que envolvam recitação:

- jogos de esconder ou de pega, nos quais um dos participantes deve contar, enquanto espera os outros se posicionarem;
- brincadeiras e cantigas que incluem diferentes formas de contagem: “a galinha do vizinho bota ovo amarelinho; bota um, bota dois, bota três, bota quatro, bota cinco, bota seis, bota sete, bota oito, bota nove, bota dez”, “um, dois, feijão com arroz; três, quatro, feijão no prato; cinco, seis, feijão inglês; sete, oito, comer biscoito; nove, dez, comer pastéis”.

Quando o professor lê histórias para as crianças, pode incluir a leitura do índice e da numeração das páginas, organizando a situação de tal maneira que todos possam participar. É importante aceitar como válidas respostas diversas e trabalhar a partir delas. Histórias em capítulos, coletâneas e enciclopédias são especialmente propícias para o trabalho com índice.

As crianças podem pesquisar as informações numéricas de cada membro de seu grupo (idade, número de sapato, número de roupa, altura, peso etc.) com ajuda do professor.

Jogos de adivinhação, dados, também oferecem inúmeras situações para que as crianças pesem e utilizem a sequência ordenada dos números, considerando o antecessor e o sucessor, fazendo suas próprias anotações de quantidades e comparando resultados.

Construir fichas e contar, a ordinalidade, primeiro, segundo, terceiro, pode ser sugerida às crianças como material para uso nas brincadeiras de faz-de-conta, quando é necessário, por exemplo, contagem de quantos personagens aparecem na história, tipos de frutas, animais, cores, formas, objetos, etc...

As crianças pequenas também já utilizam alguns procedimentos para comparar quantidades. Geralmente se apoiam na contagem e utilizam os dedos, estabelecendo uma correspondência termo a termo, o que permitem referir-se a coleções ausentes.

Pode-se propor para as crianças de cinco anos situações em que tenham de resolver problemas aritméticos e não contas isoladas, o que contribui para que possam descobrir estratégias e procedimentos próprios e originais.

Por seu caráter coletivo, os jogos e as brincadeiras permitem que o grupo se estruture que as crianças estabeleçam relações ricas de troca, aprendam a esperar sua vez, acostume-se a lidar com regras, conscientizando-se que podem ganhar ou perder.

É preciso lembrar que os jogos de construção e de regras são atividades permanentes que propiciam o trabalho com a Matemática.

Numa amplitude deste campo de experiência e os processos de desenvolvimento possibilita por parte do professor a utilizar na realização das atividades propostas meios de incorporar novos conhecimentos relacionados ao tempo e espaço, o clima, elementos da natureza seus fenômenos e conservação do meio ambiente. Tipos de moradia, família, Órgãos do sentido, animais e suas características. O grau de desafio das atividades orienta o professor a proporcionar uma atividade dos conhecimentos prévios das crianças, e assim elaborar novas aprendizagens que possam efetuar e concretizar situações didáticas para que todos possam aprender e progredir em suas aprendizagens.

Avaliação do campo de experiência

Situar-se na construção de noções relativas ao espaço, tempo, mundo físico, sociocultural, matemáticas, através da observação, investigação, manipulação e exploração do entorno buscando repostas as suas indagações, oportunizando ampliar seus conhecimentos e assim compreendendo a sequência de fatos relacionando com sua vida:

Possibilidades de fazer observações;

Manipular objetos

Investigar

Explorar

Levantar hipóteses

Consultar fontes para buscar repostas as suas curiosidades para ampliar conhecimentos

Aguçar a curiosidade sobre o mundo, físico e sócio cultural

A avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento dos processos de aprendizagem das crianças.

Experimenta e vivencia situações de identificação das noções de agora (já), depois, hoje, amanhã, dia, noite etc.

Agrupa objetos por cor por cor, ou seja (vermelho/vermelho, azul/azul) etc.

Forma (círculos/ quadrados) etc. Tamanho (grande/ pequeno) leve e pesado.

Completa formas de jogos de encaixe, blocos lógicos.

Nas cantigas e jogos cantados, faz menção das quantidades através da contagem presente na canção, manipulam objetos de diferentes texturas (macio, áspero, liso) etc.

Participam das atividades propostas.

Vivenciam experiências proporcionadas.

Distinguem mudanças climáticas, ou seja, sol, chuva etc.

Conhecer e explorar semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (sonoridade, textura, peso, tamanho, posição no espaço)

Observar e relatar incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva)

Classificar determinados atributos (tamanho, peso, cor, forma etc).

Vivenciar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar), de forma convencional e não convencional.

Reconhecer os números; Ligar o numeral a quantidade; Saber sequenciação por quantidade, tamanho, cores e peso; Contar até 10 ou mais; Reconhecer as formas geométricas e associar aos objetos do dia a dia; Ter noção espacial (dentro, fora, atrás, na frente, m cima em baixo entre outros); Conhecer os órgão do sentido suas funções; Conhecer o dia e a noite; o Sistema solar; Fenômenos da natureza; Elementos da natureza; Conhecer os tipos de moradia; Vida urbana e vida Rural; Saber sobre a coleta de lixo; Conhecer os animais e plantas; saber sobre Elementos da natureza e transformações que nela ocorrem; História familiar; Gráficos; noção de tempo.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico faz parte de um ideal comprometido com a educação e, diante dos novos paradigmas que se apresentam, renovadores das práticas pedagógicas, cujas atividades se inscrevem num ambiente de autonomia e flexibilidade.

No Centro Municipal de Educação Infantil temos o compromisso de avaliar o PPP juntamente com os membros da comunidade escolar, através de verificação constante com todos os envolvidos no processo educativo, sob forma de reunião para discutir erros, acertos, inclusões ou retiradas de práticas e estratégias de ensino - aprendizagem, no decorrer de seus sucessos e/ ou insucessos de aproveitamento e realização. Desta forma, é retomada em tempo em tempo para fazer as retomadas e adequações necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição da República Federativa. Editor Fisco e Contribuinte. Brasília, ano 1988.

BRASIL, Referencial Curricular Nacional para educação infantil. Formação Pessoal e Social. Brasília: MEC/SEF, volume 2, pág. 11, ano 1998.

GADOTTI, Moacir Escola Cidadã. Uma aula sobre autonomia da Escola. Cortez e Associados. São Paulo, ano 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola. Teoria e Prática, 4 ed. Goiânia alternativa, ano 2000.

PERRENOUD, Philippe. As 10 novas competências para ensinar. Editora Artimed, pág. 119, Porto Alegre, ano 2000.

REVISTA NOVA ESCOLA. Planejamento. Edição especial nº 21.

Fonte:

<http://www.referencialcurricular.doparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>

Fonte: <https://oincrivelze.com.br/2017/02/objetivos-gerais-para-a-educacao-infantil/>

Fonte: <https://fernandaclimaco.com.br/avaliacao-na-educacao-infantil-conforme-bncc/#:~:text=Avalia%C3%A7%C3%A3o%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil%20conforme%20a%20BNCC.%20Assim,partida%20para%20fazer%20um%20planejamento%20e%20mediar%20>